

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE – PRODEMA
CURSO DE MESTRADO**

ANA PAULA SILVA DOS SANTOS

**AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO
A PARTIR DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE
SANTANA DO MUNDAÚ/ALAGOAS**

Maceió

2006

ANA PAULA SILVA DOS SANTOS

**AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO
A PARTIR DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE
SANTANA DO MUNDAÚ/ALAGOAS**

Dissertação de Mestrado para obtenção do
título de Mestra em Desenvolvimento e Meio
Ambiente
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente –
PRODEMA
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Área de Concentração – Desenvolvimento
Sustentável
Sub-Área Estratégias de Desenvolvimento
Sustentável

Orientadora: **Dra. Marcionila Fernandes**

Maceió

2006

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- S237r Santos, Ana Paula Silva dos.
As repercussões sociais do desenvolvimento local : um estudo a partir do Projeto Vida Sustentável no município de Santana do Mundaú/Alagoas / Ana Paula Silva dos Santos. – Maceió, 2006.
102 f. : il.
- Orientadora: Marcionila Fernandes.
Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente : Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2006.
- Bibliografia: f. 95-102.
Inclui anexos.
1. Desenvolvimento sustentável – Alagoas. 2. Desenvolvimento local – Santana do Mundaú (AL). 3. Projeto Vida Rural Sustentável – Santana do Mundaú (AL) – Repercussão social. I. Título.

CDU: 338.1(813.5)

ANA PAULA SILVA DOS SANTOS

AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO A
PARTIR DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE
SANTANA DO MUNDAÚ/ALAGOAS

Dissertação aprovada no dia 23 de fevereiro de 2006, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFAL, Sub-Programa UFAL, Área de Concentração: Desenvolvimento Sustentável, pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dra. Marcionila Fernandes
(PRODEMA/UFAL)

Prof. Dr. Manuel Domingos Neto
(Universidade Federal do Ceará/UFC)

Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos Filho
(PRODEMA/UFAL)

Maceió
2006

DEDICATÓRIA

A minha mãe, que me ensinou a transformar os árduos espinhos do meu caminho em sabedoria.

A memória do meu pai Olegário Nunes dos Santos.

Aos meus familiares, especialmente meus segundos pais Rosália e José Nunes.

AGRADECIMENTOS

Ao acreditar que estamos finalizando apenas mais uma tarefa do árduo e complexo processo de aprendizado que, muitas vezes, se misturam aos momentos de alegrias e angústias, essa fase de elaboração dos agradecimentos também se constituiu em conhecimentos, reconhecimentos e saudáveis lembranças do percurso que nos fazem reviver grandes ocasiões: sorrisos disfarçados, lágrimas insistentes, explosivas gargalhadas, olhares desconfiados, muita persistência e determinação. Nas entrelinhas dessa estrada percorrida, pessoas importantes se fizeram presentes. Gostaria de destacar os trabalhadores rurais do município de Santana do Mundaú, especialmente das comunidades Amoras, Brenhas e Barro Branco, que em meio à sabedoria, simplicidade e as turbulências do pesado trabalho da enxada se dispuseram a contribuir com preciosas informações. Queremos registrar nossa gratidão a uma grande líder comunitária Cícera Vital. À professora orientadora Marcionila Fernandes, pelos inúmeros encontros nestes longos meses, que serviram também para a solidificação de uma amizade. À todos os meus familiares, que compreenderam os meses de ausência e somaram forças divinas. Aos professores do PRODEMA que contribuíram de forma qualitativa para o acúmulo de novos conhecimentos. Aos meus colegas do curso Magliones, Juliana, Agnaldo e Alexandre, que compartilharam momentos de alegrias, incertezas e descobertas. Registramos a Organização Não-Governamental Movimento Minha Terra - MMT por disponibilizar informações importantes. Ao facilitador do Projeto Vida Rural Sustentável, Fabiano Leite Gomes, pelo apoio e solidariedade. Um agradecimento muito especial, a Cícero Péricles, a Genival Mendes, a Ana e Bel, sempre presentes. A Flávio e Inês, pelas palavras de incentivo.

“O local oferece resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades. Isso leva a pensar a mundialização como uma obrigação ‘artificial’ imposta a uma organização social mais ‘natural’ fundada nas entidades pequenas e medias que resistem a ela”.

(Bourdieu, 2001: p. 27-30)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, compreender em que medida experiências de desenvolvimento local, são capazes de alterar as condições socioeconômicas de comunidades situadas em regiões periféricas do Nordeste. O estudo está centrado nas ações do Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS), implementado em Alagoas, no ano de 2002, levando-se em consideração o contexto socioeconômico, a organização da produção, a comercialização e o nível de organização social dos agricultores familiares beneficiados pelo projeto. O *locus* dessa investigação, é o município de Santana do Mundaú/Alagoas. A partir da análise sobre a temática de desenvolvimento local, procuramos identificar o contexto em que emerge esse modelo, vendo os limites entre o que pressupõe a teoria e as repercussões sociais na prática. Neste sentido, constatamos que há um abismo entre os esperados capital social e capital humano, e os correspondes capitais observados nas comunidades estudadas. Uma outra questão, é que os interesses institucionais, não correspondem às necessidades da população beneficiada. Em nível de discurso, as propostas de desenvolvimento local, estão distantes de responder aos objetivos propostos: que é de combater a pobreza, a desigualdade social e de renda.

Palavras-Chave:

Desenvolvimento Local – Projeto Vida Rural Sustentável – Repercussões Sociais.

ABSTRACT

This work objectifies to understand in that measured experiences of development place are capable to alter the conditions economic-social of located communities in outlying areas of the Northeast. The study is centered in the actions of the Project Maintainable Rural Life (PVRS), implemented in Alagoas in the year in 2002, being taken in consideration the context socioeconomics, the organization of the production, the commercialization and the level of the family farmers' social organization benefitted by the project. The locus of that investigation is the Santana Mundaú city in Alagoas. Starting from the analysis on the thematic of local development, we tried to identify the context in that that model emerges, sells the limits among what it presupposes the theory and the social repercussions in the practice. In this sense, we verified that there is an abyss between the expected social capital and human capital and it correspond them capitals observed in the studied communities. Another subject is that the institutional interests don't correspond to the population beneficiary's needs. At the level of the speech the proposals of local development, are distant of answering to the proposed objectives that is of combatting the poverty and the social inequality and of income.

Word-key:

Local development - I Project Maintainable Rural Life - Social Repercussions

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADTP	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TIETÊ-PARANÁ
AED	AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
ARAGRESTE	ASSOCIAÇÃO RURAL AGROECOLÓGICA DO AGRESTE
APPPS	AGROINDUSTRIAS RURAIS DE PEQUENO PORTE
BID	BANCO INTERAMERICANO DO DESENVOLVIMENTO
BM	BANCO MUNDIAL
BNDES	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CEPAL	COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE
DLIS	DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL
DL	DESENVOLVIMENTO LOCAL
DC	DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE
ECOVALE	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO VALE DO MUNDAÚ
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
GTDN	GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
GTZ	AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ALEMÃ
IBGE	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IFDEC	INSTITUTO DE FORMAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA

IDERAL	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS
MMT	MOVIMENTO MINHA TERRA
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
OIT	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PVRS	PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL
SEAP	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E PESCA
SEBRAE	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SEBRAE/SC	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA
SENAR	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM
SUDAM	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUDECO	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE
SUDENE	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

QUADRO 1	PROJETOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DESENVOLVIDOS POR ORGANISMOS NACIONAIS	23
QUADRO 2	NÍVEIS DE COOPERAÇÃO IDENTIFICADAS EM EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	36
QUADRO 3	ÁREAS DE PRODUÇÃO E RENDA DO PVRS EM ALAGOAS	63
QUADRO 4	NÚMERO DE PRODUTORES PARTICIPANTES DO PVRS EM SANTANA DO MUNDAÚ	73
QUADRO 5	PESSOAS QUE FREQUENTAM A ESCOLA, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	77
QUADRO 6	NÚMERO DE AGRICULTORES POR EXTENSÃO DA TERRA POR HECTARES DE TERRA	78
TABELA 1	NÍVEL DE PRODUÇÃO DE SANTANA DO MUNDAÚ: LAVOURA PERMANENTE	70
FIGURA 1	ESTRUTURA DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL –PVRS	57
FIGURA 2	FEIRA AGROECOLÓGICA DE MACEIÓ	65
FIGURA 3	MAPA DA ÁREA DE ESTUDO	67
FIGURA 4	MAPA DE ALAGOAS COM DESTAQUE DAS ÁREAS CONSIDERADAS DE EXCLUSÃO SOCIAL	69
FIGURA 5	FEIRA LIVRE DE SANTANA DO MUNDAÚ	71
FIGURA 6	PLACA SINALIZADORA DO PVRS EM UMA DAS COMUNIDADES	73
FIGURA 7	VISTA DE UM CAMPO DE CULTURA DE INHAME COM FALHAS NA GERMINAÇÃO DA SEMENTE	80
FIGURA 8	CULTIVO DE HORTALIÇAS	82
FIGURA 9	IRREGULARIDADE DO SOLO	82
FIGURA 10	RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA TEMÁTICA RELEVANTE.....	15
1.1 CONCEPÇÕES DE ORGANISMOS MULTILATERAIS E NACIONAIS.....	18
1.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	27
1.3 DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS.....	35
1.3.1 Sócio-econômica.....	36
1.3.2 Ambiental.....	39
1.3.3 Política.....	41
1.3.4 Territorial.....	43
2 AÇÕES DENOMINADAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	45
3 AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO A PARTIR DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ/ALAGOAS.....	52
3.1 CONCEPÇÕES GERAIS DO PROJETO.....	53
3.2 O PVRS EM ALAGOAS: AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS.....	59
3.3 ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PVRS.....	62
3.4 O PROJETO PVRS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ.....	66
3.4.1 Algumas Considerações Sobre a História do Município.....	65
3.4.2 Implantação do PVRS.....	73
3.4.3 Avaliação da Organização Não Governamental Movimento Minha Terra sobre as Possibilidades de Implantação do PVRS.....	75
3.5 ALGUNS ASPECTOS DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES.....	77
3.5.1 Produção e Renda dos Agricultores.....	78
3.5.2 Forma de Comercialização dos Produtos.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
OBRAS CONSULTADAS.....	98
ANEXOS.....	102

INTRODUÇÃO

Na última década, a importância dada à temática “Desenvolvimento Local”, tem estimulado teóricos de diversas áreas e pesquisadores a querer compreender esse modelo, no campo teórico e como se efetiva na prática. Parece ser ele a salvação para milhares de pessoas e regiões que vivem em condições de pobreza.

Esse modelo surge, trazendo uma filosofia de que as políticas micro (locais), devem ser implantadas por diversas instituições, que vai envolver tanto o setor público como o privado, objetivando responder aos desafios da pobreza, da desigualdade e do desemprego.

O objetivo central do presente trabalho, é compreender em que medida os projetos de desenvolvimento local, conseguem atingir seus objetivos, no que diz respeito às mudanças das realidades sociais de comunidades situadas em regiões periféricas do Nordeste.

Neste sentido, tomamos como objeto de análise o Programa Vida Rural Sustentável - PVRS implementado no município de Santana do Mundaú, Estado de Alagoas. A perspectiva é entender em que medida esse modelo de desenvolvimento, através de projetos como este, é capaz de alterar as condições socioeconômicas de comunidades locais.

O *Projeto Vida Rural Sustentável – PVRS* vem sendo desenvolvido em municípios de Santa Catarina, Minas Gerais e Alagoas, é reconhecido como uma proposta de desenvolvimento local e busca através das ações: melhorar a qualidade de vida, fortalecer atividades empreendedoras, conservar o meio ambiente, promover a organização de pequenos produtores em formas solidárias e associativas. Esta proposta está dentro da nova lógica de desenvolvimento tanto do ponto de vista teórico, quanto das metas a serem alcançadas, portanto, merecedora das análises que se pretende realizar ao longo deste trabalho.

O fenômeno da Globalização, suscitou inúmeros debates em torno das formas de reestruturação do modelo econômico, fundamentalmente por não atender as demandas do campo social, deixando uma grande parcela da população mundial, sem acesso aos bens e serviços produzidos pela onda tecnológica presente na modernidade.

Até recentemente, o principal agente de desenvolvimento era o próprio Estado, o qual era chamado a propor as políticas de desenvolvimento no campo macro e micro econômico. Com o advento do Estado mínimo, parece existir, uma divisão política no que tange a gestão do desenvolvimento, formulada a partir daquilo que os economistas chamam de “ajuste estrutural”. Neste sentido, caberia prioritariamente ao Estado brasileiro, formular a política global de desenvolvimento, a partir de ações macroeconômicas, cuja finalidade a princípio é manter a estabilidade econômica do país.

As políticas micro (locais) seriam implementadas por um *pool* de instituições envolvendo os setores: público, privado e da sociedade civil, com o objetivo de responder aos desafios da pobreza, desigualdade, desemprego, entre outros, através do que se convencionou chamar de Desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, há um entrelaçamento entre os setores público e privado e mais ainda, verifica-se que a descentralização das ações de desenvolvimento retirou a responsabilidade do Estado de planejar essas ações, no entanto, continua sendo o próprio Estado um dos agentes financiadores desses projetos.

No Estado de Alagoas, como nos demais Estados do Nordeste, entre outras instituições, o SEBRAE vanguarda essa política. Cabe salientar, que o novo papel das instituições faz parte da mudança no perfil da política de Desenvolvimento Regional, implementada a partir da década de sessenta.

No primeiro capítulo, nos ativemos ao debate sobre o desenvolvimento local, sua filosofia, dimensões e características, buscando apresentar as concepções de organismos multilaterais e nacionais, assim como a concepção de diversos autores que vem contribuindo com o debate no Brasil.

O segundo, trás uma análise de como se configura as ações denominadas de desenvolvimento local e como o estado de Alagoas se insere nesse processo, reorganizando suas instituições e as ações de políticas públicas para municípios com baixo IDH, visando o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social e de renda.

O terceiro, apresenta o Projeto piloto Vida Rural Sustentável, com seus objetivos, metodologia e filosofia. Sua expansão para o Estado de Alagoas e as repercussões sociais desta proposta. Aqui, procuramos discutir, em que medida esta experiência consegue melhorar as condições sócio-econômicas dos 35 agricultores

cadastrados, vendo as mudanças no padrão produtivo, no nível de organização social, elementos considerados como fundamentais para o desenvolvimento da comunidade local.

CAPITULO 1

DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA TEMÁTICA RELEVANTE

Com a hegemonia do modelo liberal, pautado nas leis do mercado e na própria redução do papel dos Estados nacionais das regiões periféricas, as concepções de políticas públicas e os mecanismos de superação da pobreza foram reformulados. A própria noção de desenvolvimento passou a ser compreendida a partir de duas lógicas. A primeira considerava que o desenvolvimento econômico, baseado nos fluxos de capitais, não seria capaz de repercutir na superação dos problemas sociais que atinge grandes contingentes humanos, principalmente da América Latina, África. Já a segunda haveria que se construir outro modelo de desenvolvimento, visando responder as disparidades sociais, que passou a ser denominado *desenvolvimento local*.

A partir da década de 90, com a hegemonia da economia globalizada, particularmente após o que se convencionou chamar de *Consenso de Washington*, as economias periféricas, principalmente as economias latino-americanas, com destaque para o Brasil, redimensionam sua base produtiva tendo em vista as demandas e exigências do mercado global. Também neste contexto, o estado nacional sofre importantes mudanças, no que se refere ao seu papel de planejar o desenvolvimento e de formular políticas públicas.

Em caráter particular, o discurso sobre desenvolvimento local (DL) ganha espaço nos debates entre formuladores e executores de políticas e programas na América Latina. Esse modelo é compreendido como um processo dentro da ordem econômica global e vem a ser uma alternativa de superação dos efeitos desiguais do crescimento econômico, o qual não foi capaz de eliminar a situação de pobreza em que vive grande parte da população (FRANCO, 2002; ALBUQUERQUE, 1998; COELHO, 2000; ALBAGLI, 1999).

Segundo documentos oficiais, principalmente dos organismos multilaterais, o desenvolvimento local pressupõe o combate a pobreza e ao mesmo tempo assegura a preservação do meio ambiente. Este sentimento aumentou com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro, resultando na criação e aprovação da chamada Agenda 21, que indica a valorização do desenvolvimento local.

O Desenvolvimento Local parte do pressuposto de que o campo para pensá-lo é o território, que com freqüência refere-se a uma região, um município, um distrito ou até unidades menores, cuja premissa básica presume a interação entre vários

atores locais (pessoas e instituições) políticos e sociais como os governos das três esferas (federal, estadual e municipal), empresários, lideranças comunitárias, organizações e grupos sociais ou trabalhadores (COELHO; FONTES, 1998; MOURA, 2000).

Assim, o território (o lugar, a localidade) é compreendido não como uma região geopolítica definida, mas como um contexto social de cooperação ativa (ALBUQUERQUE, 1998). Segundo Sachs (2002, p.144), “o mesmo município pode participar de vários consórcios para buscar sintonias e construir sinergias com parceiros diferentes”, visando ao desenvolvimento local.

Não há um consenso entre formuladores e executores sobre o conceito de desenvolvimento local. Trata-se de um termo polissêmico, que pode ser interpretado de várias maneiras, considerando dimensões como econômica, social, política ou ecológica¹. Esse processo também pode ser compreendido dentro de uma visão ‘sistêmica’, que só será possível, segundo Albuquerque (1998) na medida em que a eficiência produtiva e a competitividade das empresas dependem de todas as dimensões do ambiente empresarial. Neste sentido, a falta de consistência e de um conceito consolidado pode levar a usos e definições coloquiais contraditórias.

Os espaços de negociação estratégica entre o setor privado empresarial e os demais atores e organizações sociais territoriais geram um processo de descentralização política, e é entendido como fator decisivo para a efetivação do desenvolvimento local. Nesse sentido, cria-se um tipo de intervenção que, segundo Albuquerque (1998), está no nível intermediário ou meso-econômico, e concretiza, na prática, a flexibilidade demandada como parte da reforma do Estado.

Na verdade, hoje o Brasil funciona como um grande laboratório de desenvolvimento (SACHS, 2001, p.147). Tanto as agências tradicionais de desenvolvimento vinculadas ao Estado, como organizações da sociedade civil, além de instituições como SEBRAE e Banco do Nordeste, funcionam como agentes desse processo em regiões periféricas regionais, como é o caso do Nordeste brasileiro, particularmente o estado de Alagoas. Ainda de acordo com o referido autor, só o Programa Comunidade Ativa, iniciativa do governo federal, em parceria com o SEBRAE e a Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), implementaram,

¹ Visando melhor explicar este assunto favor consultar Trusen (2002) e Oliveira (2002) cit. referências.

na década de 90, estratégias locais de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, mais conhecido como DLIS, em mais de seiscentos municípios brasileiros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

1.1 CONCEPÇÕES DE ORGANISMOS MULTILATERAIS E NACIONAIS

Do ponto de vista teórico, o desenvolvimento local pode parecer mais um termo da moda. Mas, como toda formulação teórica, a concepção desse modelo de desenvolvimento tem uma origem histórica e surge para responder aos desafios das mudanças no mundo.

A participação direta de organismos multilaterais, na elaboração, implementação ou financiamento de programas e projetos de desenvolvimento não é recente, se lembrarmos das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), divulgadas e disseminadas na América Latina nos anos 50. Como exemplos, destacam-se a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a UNESCO, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os diversos ciclos de desenvolvimento, vividos nos últimos cinquenta anos, passaram por movimentos de ajuda e assistência internacional através desses organismos em prol da “modernização” ou da “ocidentalização” das sociedades tidas como tradicionais. O Brasil, em particular, recebeu esse tipo de assistência principalmente através de instituições norte-americanas (FISCHER, 2002).

A proposta de Desenvolvimento de Comunidade (DC), surge no período pós-guerra, como programa governamental, num momento histórico em que o mundo se dividia em dois grandes blocos – capitalista e socialista, e se deflagrava a guerra-fria, liderada pelas duas grandes potências mundiais, Estados Unidos e Rússia, em prol do controle mundial político, econômico e ideológico e da manutenção da ordem social.

O DC foi fundamentado a partir de dois argumentos centrais: o primeiro que a pobreza significa um entrave e uma ameaça, de modo que torna o povo receptivo ao pensamento comunista; o segundo que a ajuda para a melhoria das condições

econômicas e sociais dos povos subdesenvolvidos seria convertida em benefícios econômicos para os EUA, garantindo a expansão dos mercados. Esse modelo de desenvolvimento é, então, institucionalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU)², que após a Segunda Guerra Mundial, inicia um programa de assistência técnica aos países pobres, principalmente da América Latina. No Brasil, o convênio é realizado em 1942, pelo governo brasileiro e o dos Estados Unidos (AMMANN, 1987).

No fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos eram uma máquina produtiva formidável e incessante, sem precedentes na história. Estava, indiscutivelmente, ao centro do mundo. Era seu senhor. Todas as instituições criadas naqueles anos reconheciam esse fato; a própria Carta das Nações Unidas era uma cópia da Constituição norte-americana. No entanto, os norte-americanos queriam algo mais. Precisavam deixar totalmente clara sua nova posição no mundo. E queriam consolidar essa hegemonia e torná-la permanente. Para isso, formularam uma campanha política, em nível global, que claramente levava sua marca. Criaram até mesmo um emblema apropriado para identificar a campanha. E, cuidadosamente, escolheram o momento oportuno para lançar ambos: 20 de janeiro de 1949. Naquele mesmo dia, quando tomava posse o Presidente Truman, uma nova era se abria para o mundo – a era do desenvolvimento. *É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para o lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática*³. Ao usar pela primeira vez, em tal contexto, a palavra 'subdesenvolvido', Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana (ESTEVA, 2000, p.59-60).

Dado o contexto em que emerge o DC e o modo como é concebido, é correto afirmar que ele foi pensado para a periferia do capitalismo, sob o domínio de organismos internacionais defensores dos interesses das nações desenvolvidas,

² [...] durante os anos 50, a ONU se empenha em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade, como uma medida para solucionar o 'complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social'. Essa integração é concebida – conforme se depreende das produções da ONU – sob uma visão acrítica e aclassista, quando, por exemplo, isenta o trabalho social de qualquer envolvimento político, deixando permanecer sem crítica as estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais e quando dissimula a divisão social do trabalho, cobrindo a realidade com o manto da identidade de valores, interesses e objetivos [...] (AMMANN, 1987, p.32).

³ Harry S. Truman, Discurso inaugural, 20 de janeiro de 1949, in *Documents on American Foreign Relations*, Connecticut, Princeton University Press, 1967.

anulando qualquer crítica em relação às estruturas sociais, como sendo responsáveis pelas disparidades existentes.

Embora tenha sido um programa que marcou décadas anteriores, traz na sua essência, componentes muito atuais, o que Ammann (1987, p. 32) chama de “ingredientes básicos do Desenvolvimento de Comunidade”, a saber, participação popular na melhoria da qualidade de vida e articulação entre a sociedade civil e o poder público, visando à eficácia dos programas e projetos.

Nos anos 50, as ações de desenvolvimento do período, têm como principal ator e agente de mudança, o Governo, de onde provêm ações verticalizadas. O enfoque produtivista e tecnicista do desenvolvimento negam a vinculação entre a pobreza e a vida política. Mas, com o reconhecimento dos grupos hegemônicos, de que a livre operação da força do mercado não levaria automaticamente a uma melhor distribuição de renda, nem a um ritmo mais rápido de desenvolvimento, o planejamento⁴, passa a ser utilizado como principal instrumento de ação para avaliação da realidade, com o objetivo de prever as conseqüências e escolher melhores alternativas para reverter os problemas de concentração de renda e de pobreza (NETO, 1981).

No Brasil, no final desse período, a questão regional se torna relevante, e marca uma fase de planejamento do desenvolvimento, com a criação de organismos nacionais tais como: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) (NETO, 1981), além do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), e do Banco do Nordeste (BNB).

O modelo de planejamento do desenvolvimento até então adotado, não conseguiu melhorar as reais condições de vida da população, por isso, foi duramente criticado na década de 70. Ainda, nesta época, ele levantou como necessidade geral a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento, agora considerando as dimensões sociais e econômicas.

⁴ “Para definir sucinta e objetivamente, ‘planejamento é o processo de decisão que objetiva uma ótima combinação de atividades em uma área específica e através do qual a utilização dos instrumentos de política deve ser coordenada, considerando os objetivos do sistema e as limitações impostas pelos recursos disponíveis’. Envolve a fixação de objetivos gerais e metas específicas, tendentes a elevar os níveis de renda e bem-estar da comunidade a menores custos e com maior rapidez” (Neto, 1981, p. 55).

É relativamente consensual, que o cenário internacional da década de 70, fosse marcado mundialmente por um declínio na economia, expresso historicamente nos modos de acumulação de capital. As mudanças ocorridas, nesse período, marcam “o declínio do regime financeiro internacional do pós-guerra; a seqüência de recessões com inflação (*stop-go*) que ocorreu em seguida; a crise do petróleo de 1973 e 1979; e a crise da dívida externa no começo dos anos 80” (SUNKEL, 2001, p. 267).

Como alternativa de superação dos problemas citados acima, as agências internacionais quais sejam: Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)⁵ propõem, nesse período, políticas de ajuste e reestruturação produtiva, denominadas neoliberais, as quais estavam centradas na perspectiva de crescimento econômico equilibrado, não apresentando propostas no campo social, principalmente para América Latina⁶.

Essa fase marca também o re-ordenamento de organismos nacionais e internacionais, como a UNESCO, que introduz o conceito de desenvolvimento integrado. A nível nacional, destacamos a criação do Serviço Brasileiro de Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) (SEBRAE NACIONAL, 2002). Esta última instituição, vem a ser um dos principais agentes de desenvolvimento, e de acordo com *Martinelli; Joyal (2004, p. 31) assume a função de animador e interlocutor entre a sociedade e o Estado.

Os organismos nacionais e internacionais, ainda hoje, continuam com um papel destacado no cenário econômico. Recentemente, com a redefinição do papel do Estado, eles também redirecionaram as ações e ampliaram as atividades. As pessoas são levadas a se responsabilizar pelas suas condições sociais e a assumirem o controle dessa realidade a partir de ações locais e do surgimento das iniciativas privadas. Assim como em períodos anteriores, as políticas sociais não são universalistas, ao contrário disso, atualmente assumem uma lógica em que procura levar os cidadãos a serem empreendedores das propostas de enfrentamento da questão social.

⁵ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Foi criada pela Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social da ONU e iniciou seu funcionamento em 25/02/1948.

⁶ Para Sunkel (2001), poucas foram as contribuições dos intelectuais latino-americanos em oposição ao neoliberalismo, em que propusessem alternativas a esse sistema, apesar de existir uma riqueza quanto ao pensamento socioeconômico e uma vasta literatura sobre a área. Falta ainda uma literatura especializada a respeito de um pensamento regional renovado.

Com a globalização, há a intensificação da internacionalização das relações econômicas acompanhada de mudanças estruturais e de governabilidade.

Segundo Sevchenko:

Essas medidas geraram novos fluxos de capital que, vendo-se agora livres dos controles e restrições antes exercidas pelos Bancos Centrais, se voltaram para novas oportunidades de investimento no mercado mundial, superando assim os limites tradicionalmente representados pelas fronteiras nacionais (2001, p. 27-28).

Na tentativa de superar a noção estrita de desenvolvimento econômico, em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), revoluciona o debate internacional, ao organizar o conceito de desenvolvimento, no qual dimensões qualitativas ganham espaço, com base nos estudos realizados por Amartya Sen.

Essa possibilidade amplia a discussão sobre o desenvolvimento humano no Brasil numa outra perspectiva. Problemas sociais vivenciados no país, como a crise ambiental, a conquista da cidadania, o acesso à justiça, as mudanças demográficas com suas conseqüências no campo da saúde, educação e meio ambiente, passam a ser preocupação de instituições políticas, econômicas e de pesquisa.

Nesse momento de retomada da discussão sobre desenvolvimento, abre-se caminho para a passagem de um modelo tradicional, para dar lugar a uma perspectiva de desenvolvimento local e associam-se a ele vários adjetivos: integrado, sustentável, endógeno, entre outros. Surge uma gama de conceitos e metodologias que podem ser ajustados aos diversos interesses e propósitos. Entretanto, no geral, encontramos, nas iniciativas realizadas, adoção de fatores que convergem para tentar superar os baixos índices de desenvolvimento humano, em promover modos de vida sustentáveis e melhorar a qualidade de vida das populações, no combate à exclusão social, na formação de ambientes produtivos e na geração de emprego e renda.

O discurso das instituições internacionais, econômicas e políticas (Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Banco Interamericano do Desenvolvimento, entre outras) e seus precursores, é de que ser local num mundo globalizado pode deixar de ser sinal de privação e degradação social, podendo ser a

oportunidade de surgimento de uma nova forma de desenvolvimento, apoiada nos preceitos solidários e democráticos.

Atualmente, no Brasil, vários são os programas e projetos desenvolvidos por organizações governamentais e não-governamentais, em diversas regiões do país. O quadro abaixo (quadro 1) apresenta algumas instituições e as respectivas experiências assumidas por elas como desenvolvimento local.

QUADRO 1: PROJETOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DESENVOLVIDOS POR ORGANISMOS NACIONAIS.

INSTITUIÇÕES	PROJETO/PROGRAMA	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL
SUDENE em parceria com PNUD	- Programa Regional de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)	- Atua em municípios do Nordeste que apresentam baixo IDH.
Governo Federal	- Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) do Programa Comunidade Ativa	- Iniciativa direcionada aos municípios brasileiros com baixo IDH.
Agência de Cooperação Alemã (GTZ)	- Programa PRORENDA de Desenvolvimento Local Sustentável	- Atua, há mais de 40 anos no país, em municípios do Rio Grande do Sul e, mais recentemente, em municípios nordestinos.
Banco do Nordeste	- Programa Farol do Desenvolvimento	- Um espaço de discussão e viabilização de soluções para o desenvolvimento integrado e auto-sustentável dos municípios do Nordeste.
SEBRAE Nacional	- Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) - Programa de Arranjos Produtivos Locais (APLs) - Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS)	- Criação de Fóruns e de uma agenda local de desenvolvimento. Atuando junto aos municípios com baixo IDH, enfocando a parceria entre diversos atores sociais e políticos locais. - Promovendo e desenvolvendo arranjos e territórios produtivos locais, formados principalmente por micro e pequenos negócios. - Foco na agricultura familiar e nos princípios agro-ecológicos, junto a comunidades do Estado de Santa Catarina, Minas Gerais e Alagoas.
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em	- Programa de Desenvolvimento Local	- Atua em áreas com baixo nível de desenvolvimento econômico e social de todo o território nacional.

parceria com PNUD		
-------------------	--	--

Fonte: elaboração própria. Levantamento realizado a partir de documentos oficiais (vide referência).

Instituições internacionais mais recentes, como o Instituto de Formação em Desenvolvimento Comunitário (IFDEC) do Canadá, a Agência de Cooperação Alemã (GTZ), também somam o volume de experiências com a finalidade de promover o desenvolvimento social e econômico de comunidades pobres.

Para o IFDEC, o desenvolvimento local é caracterizado pela importância dada: a) à criação de empregos; b) à promoção de empreendedorismo privado local; c) a medidas de desenvolvimento da empregabilidade da população através de acordos ou intervenções de parcerias. No entanto, há diferença entre Desenvolvimento Local (DL) e Desenvolvimento de Comunidade (DC), considerando duas formas distintas de pensar o desenvolvimento.

[O desenvolvimento local] é uma estratégia de intervenção socioeconômica, através da qual, os representantes locais dos setores privado, público ou social trabalham para valorizar os recursos humanos, técnicos e financeiros de uma coletividade, associando-se em uma estrutura setorial ou intersetorial de trabalho, privada ou pública, com o objetivo central de crescimento da economia local. [Já o] desenvolvimento comunitário é uma estratégia global para a revitalização socioeconômica de uma comunidade marginalizada em que, através da valorização dos recursos locais e da utilização de novas solidariedades, organizações e instituições controladas democraticamente por seus representantes são criadas, facilitando a representação da comunidade em questão, diante de instituições exteriores que influenciam a gestão dos recursos locais (IFDEC, 1992).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) compreende o desenvolvimento local como:

[um] processo que se preocupa essencialmente com a melhoria da qualidade de vida e bem estar da população local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população, de forma consciente, para que possa por si própria garantir a sua sustentabilidade e continuidade do processo. [E tem como] bases metodológicas: organização social (geração de capital social); empreendedorismo (criatividade e competências coletivas e individuais vinculadas às oportunidades e à vocação local); gestão social (sociedade deve gerir seus recursos de forma participativa e responsável, identificar seus problemas e gerar soluções); parcerias e articulação das instituições públicas; capacitação/educação para melhoria dos níveis educacionais e

da capacidade produtiva; comunicação e informação permanentes (COUTO, 2000).

O BNDES consociado com PNUD vem atuando em áreas rurais e urbanas com baixos índices de desenvolvimento humano e beneficiando populações, organizações, lideranças institucionais e comunitárias. Segundo documento oficial (2000), a médio prazo a meta era expandir as ações do Programa de Desenvolvimento Local para cerca de 45 municípios. A concepção da instituição sobre desenvolvimento local é de,

[...] uma estratégia de desenvolvimento associada a espaços territoriais bem definidos, onde a comunidade assume um novo papel: de comunidade, no máximo, demandante, ela passa a protagonista e empreendedora, participando na identificação e no estabelecimento de organizações empresariais e na sua articulação com os mercados e cadeias produtivas. [...] é um processo que incorpora todos os segmentos sociais, levando em conta a necessidade de mudanças não só na componente econômica, como também nas dinâmicas: política, social, ambiental e cultural (BNDES, 2000).

Por sua vez, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) define da seguinte forma:

Desenvolvimento local Sustentável é uma nova forma de promover o desenvolvimento visando ao surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais (SUDENE, 2000).

Na perspectiva de inclusão social, a Agência de Cooperação Alemã (GTZ) vem atuando no país há mais de quarenta anos, através do Programa denominado PRORENDA. Esse programa, tem buscado mobilizar a população, fortalecer a economia local, a inovação na gestão pública e a sustentabilidade ambiental. Define o desenvolvimento local como um:

[...] processo de melhoria da qualidade de vida que depende de uma complexa, demorada e contínua interação entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer e da lenta e gradual formação do capital social (BROSE, 2000).

Referindo-se ao termo desenvolvimento local de uma forma mais ampla, o Programa Comunidade Ativa do Governo Federal, concebeu-o como Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, o chamado DLIS, da seguinte forma:

[...] um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. Segundo uma metodologia que prevê, no mínimo: capacitação para a gestão; diagnóstico e planejamento participativos; articulação da oferta pública de programas com a demanda social da localidade; monitoramento e avaliação; fomento ao empreendedorismo e criação de uma nova institucionalidade participativa (COMUNIDADE ATIVA, 1999).

O **Integrado** significa a junção das várias ações de combate à fome e à pobreza, realizada por vários atores sociais, ou seja, a integralização das ações sociais destinadas às populações carentes do país. Segundo documentos oficiais do Programa Comunidade Ativa (1999) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2002), o termo integrado visualiza duas formas: a) articulação de todos os setores que interagem no âmbito local; b) articulação dos diversos fatores (econômicos, sociais, culturais, político-institucionais, físico-territorial e científico-tecnológico) que interferem no desenvolvimento.

O termo **sustentável** traz em seu bojo, a essência da concepção de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland (1987), o qual concebe que o desenvolvimento deve levar em conta o uso racional dos recursos naturais, garantindo-os para as gerações atuais e as perspectivas gerações futuras. Contudo, o mesmo relatório estabelece, que a sustentabilidade deva estar baseada no tripé: equidade social, conservação ambiental e eficiência econômica (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

A seguir, procuramos apresentar algumas concepções de desenvolvimento local tomando como referência as perspectivas teóricas de autores como Oliveira (2002), Albuquerque (1998), Franco (2002), De Paula (2002), Brose (2000), Coelho (2000), entre outros, seguidas das diferentes dimensões e características.

1.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Na América Latina e, por conseguinte, no estado brasileiro, existem ilhas de modernidade resultantes do processo de desenvolvimento multifacetado, que se assemelha ao dos países ricos, em interação com grandes espaços de atraso e pobreza (SUNKEL, 2001). No Brasil, esse processo resulta da noção de desenvolvimento que identificou o bem-estar da sociedade, ao equilíbrio macroeconômico, procurando encontrar na globalização o caminho para a construção do bem estar social (ARBIX; ZILBOVICIUS, 2003).

Furtado (2001) e Oliveira (2002) vão dizer que não é possível construir um projeto de bem-estar social sob a lógica da globalização. No entanto, Albuquerque (1998) aponta, que mesmo dentro da ordem liberal, pode ser possível combater os desequilíbrios territoriais: a pobreza, a fome e o subemprego, através de políticas sociais e ações de desenvolvimento local, ambas com caráter diferenciado, porém complementares.

A condição de periferia e, portanto, subdesenvolvida, impôs historicamente aos países latino-americanos, a adoção de políticas baseadas em modelos estatais de intervenção econômica e de nações centrais. A promessa do progresso científico e tecnológico, liderado pelos EUA e o Canadá, fez com que se acreditasse que a saída da condição de subdesenvolvidos, estava na busca de apoio nos mais ricos, mais desenvolvidos e mais poderosos do mundo, os quais disponibilizam instrumentos essenciais para o desenvolvimento.

Essa realidade, na prática, demonstrou que o controle tecnológico e financeiro exercido pelas nações dominantes, configurou e acentuou as desigualdades e a pobreza internas entre as regiões. No caso do Brasil, de acordo com o Banco Mundial, na década de 90, o país alcançou uma das maiores taxas de crescimento

econômico, chegando ao 9º lugar entre todas as nações, mas ocupava o 79º nos índices de condições de vida da população.

No novo contexto da globalização, culturas, populações e comunidades recebem atenção antes dispensada ou até entendida como atraso para o crescimento da economia. No entanto, ao que parece, a contraface da globalização não é a unificação e a padronização das orientações do desenvolvimento em todo o mundo, mas procurar valorizar o local como diferencial da qualidade e competitividade.

Na compreensão de Albuquerque (1998, p. 4), o aumento da eficiência produtiva e da competitividade das empresas depende de um ambiente apropriado com disponibilidade de infra-estrutura, de serviços públicos eficientes e eficazes, da qualidade dos recursos humanos, além de outros recursos que podem ser considerados convenientes. Assim, desenvolvimento econômico local é definido pelo autor como sendo a constituição de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais, de tal modo que amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável.

A análise do desenvolvimento local sob o prisma econômico, considera apenas aspectos competitivos, financeiros, tributários e de geração de receitas, sem questionar o fenômeno da globalização. Essa visão busca explicar as vantagens do modelo vigente e o identifica como um processo que apresenta uma única alternativa, adaptar-se a ele e procurar meios capazes de enfrentar os problemas da pobreza e do desemprego. Sendo também indispensáveis, a formação de aliança entre as diversas organizações, atores sociais e políticos.

Na tentativa de superação da concepção do desenvolvimento estreitamente relacionado ao crescimento econômico, têm sido formulados conceitos responsáveis, pela idéia de surgimento de um novo tipo de desenvolvimento. Isso ocorre porque incorporam especialmente noções de capital humano e capital social, o que não significa abandonar a dimensão econômica.

Entre os autores que defendem essa tese, De Paula (2002, p. 16-7) vai dizer que desenvolvimento local é o

processo de tornar dinâmicas as vantagens comparativas e competitivas de uma determinada localidade, de modo a favorecer o crescimento econômico e simultaneamente elevar o capital humano, o capital social e o capital empresarial, bem como conquistar o uso sustentável do capital natural.

Para o autor, pensar em desenvolvimento, a partir de um crescimento econômico/dinâmico/articulado, com esses vários tipos de capitais, significa refletir sobre um novo conceito de desenvolvimento.

Nessa mesma linha, Augusto de Franco (2002) diz que em termos concretos, o desenvolvimento local só pode ser considerado efetivo, se constituído em desenvolvimento social, humano e sustentável, ou seja, em capital humano, capital social e capital natural. Afirma ainda que o capital há pouco mencionado, não deve ser entendido como capital empresarial, isto é, bens e serviços produzidos por uma sociedade e a renda que pode ser adquirida por seus membros. Capital Humano diz respeito ao conhecimento e à capacidade de criá-lo – educação, saúde, nutrição, cultura e pesquisa; Capital Social é a capacidade de organização da sociedade – confiança, cooperação e bom nível de governo; e Capital Natural são as condições ambientais e territoriais – produzir mais e melhor sem inviabilizar a vida e o bem-estar das gerações futuras.

A interação dos vários atores sociais por objetivos comuns, desenha uma nova operacionalização do “novo” modelo de desenvolvimento, o que Fischer (2002), *apud* Goulart e Vieira (2003), classifica como a formação das “interorganizações”, o que não quer dizer a eliminação das particularidades institucionais, cuja principal característica é a hibridização e a complexidade. Essa articulação entre os vários atores sociais, também é entendida como um processo de busca da realização da cidadania, do rompimento do clientelismo e do atraso político (MAGALHÃES, 1998).

Nesse sentido, Franco (2002, p.55) vai dizer que “[...] o clientelismo, além de não favorecer o desenvolvimento do capital humano, é um dos modos mais eficazes de destruir o capital social”. E que o enfrentamento da pobreza e da exclusão social deve se dar por meio de programas inovadores, de investimento em capitais humano e social, em detrimento de uma visão de crescimento econômico e de políticas compensatórias.

Abordagens sociológicas, como a de Oliveira (2002, p.11), questionam o modelo de desenvolvimento atual e se opõem à globalização. O autor defende que a noção de desenvolvimento local, poderia estar relacionada ao modelo de desenvolvimento humano, da Organização das Nações Unidas (ONU), caracterizado pela satisfação de um conjunto de requisitos de bem estar e qualidade de vida. Mas, essa aproximação é insuficiente por faltar-lhe algumas dimensões decisivas.

A primeira dimensão é que,

[...] seguindo a trilha do conceito do subdesenvolvimento, à sua particularidade histórica, isto é, o não-desenvolvimento local é um subdesenvolvimento no sentido forte de que ele é peculiar à periferia do capitalismo. Isso tem conseqüências teóricas e práticas. A primeira, é que o desenvolvimento local não será o elo numa cadeia de desenvolvimento total; a segunda é que ou é concebido como alternativa ou reproduzirá a forma estrutural (OLIVEIRA, 2002, p. 11).

A segunda dimensão é a da cidadania. Para o autor, a cidadania não pode ser mensurada, conforme está implícito nos estudos que medem os Índices de Desenvolvimento Humano.

De acordo com o autor, o desenvolvimento local apresenta três contrastes: O primeiro é que *está se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como um modelo alternativo capaz de solucionar as mazelas de uma sociedade pervertida e cheia de conflitos, substituindo-a por comunidades harmônicas*. Esse modo de pensar tende a fechar-se para complexidade da sociedade moderna, daí o desafio do desenvolvimento local é o de dar conta dessa complexidade e não negá-la [grifo nosso].

A idéia de um modelo alternativo é defendida por autores como Albuquerque (1998); Coelho (2000); Moura e outros (1999), quando dizem que Desenvolvimento Local (DL), é uma nova concepção de desenvolvimento para localidades pobres, que se efetiva com a participação de vários atores sociais, entendendo o território enquanto sujeito social. Um modelo capaz de potencializar e dinamizar a sociedade local e melhorar a qualidade de vida das comunidades, mediante o aproveitamento dos recursos endógenos, podendo transformar a realidade a partir do estímulo ao crescimento econômico local e à criação de emprego e renda.

Buarque (1999) também converge com tal concepção ao afirmar:

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Há dois focos estratégicos na concepção de desenvolvimento econômico local: a *especificidade* e a *intencionalidade*. Ele é específico porque o desenvolvimento sempre foi pensado em nível macro. E é intencional, na medida em que o desenvolvimento local aparece como uma resposta da sociedade às mudanças advindas do neoliberalismo e, conseqüentemente, da globalização [grifo nosso] (COELHO, 2000).

Um segundo contraste apontado por Oliveira (2002, p. 15), *está no fato de que é possível através do desenvolvimento local atuar corrigindo a tendência de concentração, que parece inerente ao capitalismo em nível macro, mas com o surgimento da microeletrônica se vêem poderosos movimentos de reconcentração*. Assim, tanto o espaço quanto o capital financeiro são fictícios, virtuais e anulam as contra tendências a desconcentrar. Surgem como descentralizações, o que não significa desconcentrar. Ao contrário disso, esse modelo pode se inserir numa estratégia de descentralização que agrave as desigualdades [grifo nosso].

Contudo, Albuquerque (1998, p. 2), vai dizer que o desenvolvimento local, pode atuar corrigindo os problemas da pobreza e da distribuição de renda desigual, que o modelo macroeconômico, formulado a partir de instâncias centrais, não consegue superar. Para isso, é necessário conhecer os recursos e as potencialidades endógenas de crescimento econômico. A proposta é complementar as políticas macroeconômicas com as políticas micro e meso-econômicas, no sentido de responder às novas exigências da atual revolução tecnológica e organizacional.

A lógica de crescimento das grandes empresas, assim como os efeitos de difusão territorial dos principais núcleos urbanos não irradiam homoganeamente o dinamismo econômico para todas as regiões de um país, nem permitem uma distribuição eqüitativa de renda entre os diversos

grupos sociais. Dito de outra forma, a evidência empírica mostra que os efeitos de difusão deste tipo de crescimento econômico concentrador são claramente desiguais e insuficientes para eliminar as situações de pobreza em que ainda vivem numerosos extratos da população. Por um lado, o funcionamento dos grandes grupos empresariais e financeiros se orienta essencialmente para os mercados globais e, assim sendo, não assume compromissos com as tarefas de regulação social e política nos diferentes territórios do país. Assim, a busca de investimentos estrangeiros ou a confiança na manutenção de um contexto externo favorável, apesar de serem aspectos decisivos, não podem constituir uma base sólida como estratégias de desenvolvimento econômico local, nem muito menos como posicionamento para superar a pobreza. (...) Por outro lado, os estudos de caso nos países desenvolvidos mostram que nestas duas últimas décadas ocorreram numerosas experiências de desenvolvimento local surgidas de forma espontânea e dispersa (Vasquez Barquero, 1988), apesar de necessitar de apoio ou estímulo por parte das instâncias centrais de governo, as quais têm dado prioridade absoluta (e em certas ocasiões quase exclusivas) ao controle dos grandes equilíbrios macro-econômicos, como se deles dependesse a solução de todos os problemas (ALBUQUERQUE, 1998, P. 1-2).

Nessa mesma linha de pensamento, Coelho (2000), fala que esse novo paradigma se constitui, então, numa estratégia territorial que se contrapõe às visões de crescimento econômico mais tradicionais, centradas principalmente em setores econômicos de ponta e nos lugares que são definidos como capazes de uma integração competitiva aos mercados globais. Este seria o centro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento e, como noção relativa ao global, o local engloba distintas territorialidades, ou seja, distintas ambiências produtivas e institucionais que exigirão processos específicos de articulação de atores e de construção de identidades. Portanto, a expressão de uma estratégia territorial diante do impacto de fragmentação econômica e sócio-espacial, gerada pelas novas redes e fluxos econômicos que surgem nessa transição para um regime de acumulação flexível. O território seria um caminho de construção social no qual se desenvolvem formas distintas de cooperação.

A relação entre globalização e desenvolvimento local, é apontada por Oliveira (2002), como um terceiro contraste desse novo modelo. *Necessariamente esse modelo não entra em contradição com a globalização, podendo ser um de seus círculos ecocêntricos* [grifo nosso]. Segundo o autor, esse contraste é a síntese das determinações dos dois eixos descritos anteriormente: a) o não DL significa subdesenvolvimento; b) o DL atuaria corrigindo a tendência de concentração.

Trusen (2002, p.13) coloca que essa relação se apresenta com duas tendências aparentemente opostas. Ao melhor analisá-la, percebe que, mesmo

tratando-se de dois processos simultâneos, são contraditórios. Assim, “a globalização encontra seu contraponto na valorização da dimensão local. Uma dimensão local que paradoxalmente pode tornar-se um produto atraente num mercado globalizado”.

Os impactos da globalização no local podem ser caracterizados de duas maneiras. A primeira, é que o que importa na globalização da economia, é o que acontece em nível global e que possa interferir no desenvolvimento econômico local. A segunda, é que diante do novo modo de pensar o desenvolvimento, se percebe a ênfase na qualidade de vida a ser ofertada aos cidadãos, paralelo a toda infraestrutura urbana, física e social, aliado ao bem estar da comunidade, para que possua uma capacidade de consumo que vá refletir na manutenção da economia local (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Beck (1999, p. 106) ao afirmar:

Globalização e localização não são apenas dois momentos ou duas faces de um mesmo objeto [...] uma nova polarização e estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados, diz que a liberdade de mercado e igualdade de serviços, tão disseminada na lógica do desenvolvimento local não deixa de ser uma “crença folclórica”.

Na verdade, as riquezas são globais, mas a pobreza é local. Significa dizer que a distribuição equitativa dessas riquezas não exista, ao contrário disso, poderá haver um processo de reconcentração.

O local vai responder às novas necessidades do sistema produtivo global de eficiência e eficácia. Portanto, o desenvolvimento local pode ser interpretado como uma estratégia para criar vantagens competitivas. Isso se explica, de acordo com Albagli (1999), a partir de três razões teóricas: “a fixidez e flexibilidade exigidas pelo novo paradigma técnico-econômico”; “a diversificação sócio-espacial (em termos de mercados de consumidores, de contingentes de mão-de-obra, de infra-estrutura, de aparatos institucionais e de regimes normativos), enquanto parte integrante da uniformização imposta pelo mercado globalizado”; e “a descentralização gestonária, instrumental à concentração promovida por uma economia oligopolizada”. O que demonstra a capacidade de manutenção de uma economia que incorpora as exigências do mercado global, dentre elas, a inserção de pequenas localidades

como consumidoras em potencial. Ao mesmo tempo, estaria sendo desenvolvida uma cultura, na qual criar novos caminhos de gerência local, torna-se uma necessidade no contexto da globalização.

Sobre essa questão Dowbor (2002, p.33) comenta o seguinte:

Com as novas tecnologias, a urbanização generalizada, a expansão dos bens públicos e do consumo coletivo, e a própria globalização que redefine em profundidade as funções dos diversos espaços econômicos e sociais, encontrar novos caminhos de gestão local se tornou necessidade, uma questão de sobrevivência.

Há ainda correntes teóricas como a de Martinelli; Joyal (2004) e Franco (2002), que discutem o desenvolvimento local, paradigma baseado no que denominam de “visão sistêmica”. Essa perspectiva estimula o desenvolvimento a nível local, nacional, regional e global, procurando, segundo os autores, questionar o padrão vigente, na tentativa de abrir espaços para que outras dimensões possam ser incorporadas aos processos de planejamento e de estabelecimento de políticas para a sociedade como um todo.

Assim, consideram não apenas o fator econômico, mas também aspectos éticos, sociais, culturais e de desenvolvimento comunitário, nos quais o direcionamento de todas as políticas não deve estar baseado na racionalidade do mercado. Defensores do Desenvolvimento Local, como Albuquerque (1998), Coelho (2000) e Franco (2002), concordam que existem vários elementos que o caracterizam e algumas dimensões decisivas. As características podem aparecer de forma direta ou intrínseca, contemplando todas ou apenas algumas delas, isso porque não existe um conceito ou uma metodologia única.

O tópico a seguir faz uma discussão sobre essas questões enfocando aspectos considerados pelos autores como fundamentais para que ocorra o desenvolvimento local.

1.3 DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS

As realidades (físicas, geográficas, sociais, culturais, políticas e econômicas), em que se apresentam as experiências de desenvolvimento local, são as mais variadas, o que implica que a tentativa de transferência de uma proposta para outras regiões sem levar em consideração as particularidades locais, poderá estar sujeita ao fracasso.

Ao analisar os diferentes conceitos e pontos norteadores que constituem metodologias de desenvolvimento local, identificamos que as razões que motivam a existência de experiências são variadas e dependem da influência de fatores externos e internos, dos objetivos, das prioridades e das metas estabelecidas, sendo comum o destaque para processos que busquem a descentralização e que levem em conta as realidades de cada localidade, com suas características, necessidades e disponibilidades de recursos próprios, concretizando o que chamam de aproveitamento do potencial endógeno. Esse caminho, pois, é resultado das várias críticas em relação ao modelo tradicional de desenvolvimento.

Ao verificar os aspectos conceituais e metodológicos do desenvolvimento local, evidenciamos diferentes dimensões, quais sejam: sócio-econômica, ambiental e política (TRUSEN, 2002), que conformam o novo modo de pensar e operacionalizar esse processo. Mas uma outra dimensão, a territorial, é identificada por Martins; Martins (2001, p.160). “Nesse ambiente territorial incluem-se características físicas particulares, assim como antecedentes históricos e culturais que, quando recuperados, geram relações solidárias entre os agentes”. Para este autor, o território é entendido como uma configuração espacial político-administrativa importante, mas que comporta estruturas diversas.

1.3.1 Sócio-Econômica

As orientações sócio-econômicas, procuram inserir novos ingredientes no processo de desenvolvimento, tais como: a capacidade de construção de formas de cooperação, de associativismo, de integração de arranjos produtivos, de geração de trabalho e renda, de formação de economia solidária, além do poder de formação de organizações de autogestão (TRUSEN, 2002).

Assim, de acordo com Coelho (2001), nos últimos anos vêm sendo apresentadas como alternativas de enfrentamento dos efeitos perversos da globalização, duas estratégias integradas: desenvolvimento local e economia solidária. Essas alternativas estão orientadas pelas relações de cooperação e solidariedade, que somadas ao associativismo formam a base do desenvolvimento local.

Esse modelo se expressa como uma nova estratégia territorial diante dos novos fluxos de capital e da fragmentação econômica e sócio-espacial provocados pelo fenômeno da globalização. As ações, portanto, giram em torno do discurso da cooperação e da competitividade.

Por se caracterizar como um movimento solidário e cooperativo, as propostas de desenvolvimento local, devem estimular a participação solidária das pessoas, conscientizando-as do seu papel nesse processo e provocando a existência de objetivos comuns. Trabalhar de maneira cooperativa, na sociedade atual, é fundamental para que as iniciativas criadas, possam se sustentar no mercado cada vez mais amplo, competitivo. Para isso, o estímulo às parcerias, a existência de redes podem dinamizar e fortalecer a economia local.

Contudo, não existe apenas uma forma de cooperação. O quadro abaixo elaborado por Coelho (2001) apresenta alguns níveis:

QUADRO 2: NÍVEIS DE COOPERAÇÃO

TIPOLOGIA DE COOPERAÇÃO	DIMENSÃO ECONÔMICA	DIMENSÃO TERRITORIAL
Cooperação nas relações de trabalho	Formas associativas de organização da produção	No interior do espaço de produção em determinado território no qual se articula o processo produtivo, centrado principalmente em relações solidárias no âmbito de um determinado processo de trabalho.
Cooperação nas condições de produção	Cooperação na formação de redes de fornecedores de uma empresa, na compra de matéria prima, no desenvolvimento tecnológico ou na rede de comercialização	Cooperação no mesmo território no qual está inserido determinado <i>cluster</i> . Tem uma característica local de construção de uma ambiência produtiva, envolvendo mais outros atores e uma sustentação institucional local através da construção de

	articulada com a cadeia produtiva.	identidade e de instrumentos como a agência de desenvolvimento.
Cooperação no interior das cadeias produtivas	Encadeamentos produtivos atuando sobre os pontos de estrangulamentos; inovação dos produtos, integração de ramos produtivos ou uma logística mais complexa.	Tem uma dimensão regional e está ligada à construção de formas de cooperação institucionais capazes de viabilizar uma integração da cadeia produtiva com o mercado externo.

Fonte: Coelho, (2001, p.65).

Ainda de acordo com o autor, “cooperação e competitividade se transformam em palavras mágicas que justificam as ações dos *clusters* e condomínios industriais”. Os chamados *clusters*⁷ de pequenas e médias empresas (PMEs) ganham novo sentido a partir de arranjos produtivos com recorte sócio-territorial definido, que têm como base aglomerações industriais e seus sistemas locais de inovações.

O debate em torno do desenvolvimento de firmas de pequeno porte e da geração de postos de trabalho torna-se especialmente pertinente num mundo em que o emprego (especialmente o emprego formal, *full time*) torna-se cada vez mais escasso. Ademais, alguns exemplos internacionais mostram que as PMEs podem constituir trajetórias econômicas dinâmicas e bem-sucedidas, desde que dispostas em redes num meio ambiente propício à consolidação de externalidades positivas. Determinadas configurações de redes de PMEs podem garantir capacitação competitiva e maior eficiência (derivadas de ações conjuntas e de arranjos coletivos) para as empresas que as formam, possibilitando um desenvolvimento socioeconômico vigoroso (COCCO; URANI; GALVÃO; SILVA, 2002).

Um exemplo internacional, que vem provocando interesses entre formuladores e estudiosos de políticas públicas em todo o mundo, são os distritos

⁷ “A literatura econômica define *cluster* como um grupo de firmas interligadas e instituições associadas, dispostas geograficamente próximas. Essas aglomerações de empresas têm tido muito sucesso em vários países, principalmente pelo fato de que as firmas nelas localizadas estariam se organizando em redes e desenvolvendo sistemas de integração nos quais predominam, entre as firmas, vários esquemas de cooperação, solidariedade, coesão e valorização do esforço coletivo”. (GALVÃO, 2000 APUD MARTINELLI; OLIVEIRA, 2005) vide referência.

industriais da Itália⁸, pelas conquistas de resultados positivos nos âmbitos econômico e social (idem, ibidem).

O estudo comparativo entre o Norte e o Sul da Itália realizado por Robert Putnam (1996), tem sido uma referência nos estudos brasileiros sobre desenvolvimento local. Avaliando o melhor desempenho econômico, a qualidade de governo, a estabilidade política, entre outros fatores, Putnam conseguiu provocar uma discussão sobre a incorporação da dimensão social ao desenvolvimento. Seu trabalho identificou empiricamente a importância do associativismo, cooperativismo, confiança, capacidade de formação de redes e acordos, como elementos que contribuem para o desenvolvimento.

Essas características, na sua avaliação, se estabelecem numa relação horizontal entre os diversos atores sociais, compreendida como níveis de capital social e organização social existentes num território. Nessa perspectiva, o desenvolvimento local deve gerar competitividade e buscar, ao mesmo tempo, modos sustentáveis de melhoria da qualidade de vida das populações. Para Martins; Martins (2001, p.168-169), através de um conjunto de ações integradas e equilibradas, as várias instâncias de poderes político e local e a reunião de valores econômicos, sociais e ambientais, amplia-se o modelo de desenvolvimento, dinamiza-se a comunidade e as áreas circunvizinhas.

O apoio à micro e pequenas empresas, confirmam que uma organização formal de menor escala, tem um impacto superior ao de uma grande empresa, no movimento do desenvolvimento econômico local. Vários são os pontos relevantes apontados pelos referidos autores. São eles: conseguem atender a demanda do mercado e usam o recurso de maior disponibilidade nas economias subdesenvolvidas, os recursos humanos; devido à sua flexibilidade, capacidade inovadora, incentivo à concorrência e pela sua grande capacidade de gerar emprego.

Apresentam ainda uma série de vantagens: maior presença nos mercados internos, menos sensíveis à concorrência internacional, maior potencial por tratar com atividades; as pequenas empresas, por força da necessidade, e por enfrentar sérias limitações de recursos, permitem desenvolver um caráter particularmente

⁸ Esse modelo inspirou a obra *“Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”* de Robert D. Putnam (1996). Vide referência.

inovador; sua organização interna é mais flexível, desenvolvendo maior capacidade de gerar emprego, mesmo que temporário, e mesmo que ofereçam, no geral, um nível salarial um pouco abaixo do nível oferecido nas grandes empresas.

Os autores também apontam como característica desse paradigma, a continuidade das ações. Ela vem a ser considerada a que possui um maior vínculo com as outras características, pois dependerá do nível de participação e de motivação da população, das estratégias que prezam pela integração, articulação e da parceria, da consciência dos indivíduos envolvidos, da não dependência externa e da autonomia da comunidade em termos de recursos.

O desenvolvimento local se caracteriza por favorecer os processos inovadores, dinamizando a economia e gerando emprego e renda na comunidade. Facilita a incorporação de inovação tecnológica, que somada a cooperação entre as empresas, enfrenta mercados globalizados.

Com relação as estratégias de geração emprego e renda, essas serão resultados de uma conjunto de ações com base nas informações, sensibilização, na mobilização e na formação, onde o fator econômico não se apresenta como principal objetivo. De acordo com essa teoria, ao aumentar o número de ambientes favoráveis à produção de recursos locais, aumenta o nível de produção e, conseqüentemente, geram emprego e renda.

1.3.2 Ambiental

Dentro desse paradigma, a questão ambiental ganha maior importância e passa a ser um elemento decisivo nas propostas de desenvolvimento elaboradas por organizações governamentais e não-governamentais.

No entanto, tal importância adquire maior força com a criação da Agenda 21, documento geral, construído por meio de um consenso entre governos e instituições da sociedade civil de 179 países. Esse processo culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992⁹.

⁹ www.mma.gov.br

Segundo Trusen (2002, p.16), a Agenda 21 “faz parte de um projeto global que procura resolver problemas ambientais, sociais e econômicos através dos princípios da co-responsabilidade, da co-gestão e da solidariedade”. Esse documento além de evidenciar o desejo de mudanças, procura por meio da participação da sociedade como um todo e do planejamento das ações, romper com o modelo dominante onde predomina a questão econômica.

Além da Agenda 21 global, há ainda as agendas locais. Estas passam por um processo estratégico e participativo envolvendo os vários atores sociais na sua elaboração e implementação e, hoje, fazendo parte do Plano do Governo, ganha maior importância como política pública. “Enfim, a Agenda 21 considera, dentre outras questões estratégicas, ligadas à geração de emprego e renda; à diminuição das disparidades regionais e inter-pessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis e à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão” (Ministério do Meio Ambiente)¹⁰.

Em seu capítulo 28, a Agenda 21 demanda que:

Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar uma ‘Agenda 21 local’. Por meio de consultas e da promoção de consenso, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais, obtendo assim as informações necessárias para formular as melhores estratégias.

Nesse entendimento, o desenvolvimento local é sustentável, pois busca dentro de uma filosofia que combine eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social, garantir o aproveitamento dos recursos para as gerações atuais e futuras. Articulando os aspectos econômicos, políticos, éticos, sociais, culturais e ecológicos, diferentemente da prática reducionista do modelo tradicional.

O aproveitamento de recursos humanos, naturais, infra-estrutura, e das potencialidades das comunidades, caracteriza o desenvolvimento local como endógeno. Nesse sentido, a pretensão é diminuir a relação de dependência externa e fazer surgir iniciativas que partam da própria comunidade (MARTINS; MARTINS, 2001).

¹⁰ Cf. www.mma.gov.br

As iniciativas, no entanto, só poderão dar certo, isto é, atingir seus objetivos e metas estabelecidas a partir de uma estratégia planejada, outra característica do desenvolvimento local (idem). É necessário identificar os recursos, quais sejam eles, materiais, humanos e financeiros, disponíveis numa dada comunidade e, a partir daí, elaborar planos de ação, que viabilizem uma análise real dos entraves e oportunidades locais, garantindo, sobretudo, a participação.

1.3.3 Política

Os anos 80 e 90 foram favoráveis mundialmente para o surgimento da democracia e da construção de estruturas governamentais democráticas, curso que está intimamente ligado à descentralização política e administrativa, ganhando impulso no Brasil com a constituição de 1988.

Nesse contexto,

a descentralização política se converte assim em uma ferramenta determinante para o desenvolvimento econômico local, ao facilitar a criação de espaços de negociação estratégica com o setor privado empresarial e com os demais atores sociais territoriais (ALBUQUERQUE, 1998).

Nessas condições, ganham importância fundamental fatores como igualdade na distribuição dos recursos, maior transparência com o uso dos recursos, eficiência administrativa e participação direta da população na elaboração, avaliação, monitoramento e controle das políticas públicas. Nessa dimensão, estaria embutido o sentido da boa governança, *good governance*, isto é, um governo transparente, compromissado, que em parceria com a sociedade constrói canais de participação e controle social, e relações de confiança.

O reconhecimento por parte dos governos acerca das contribuições salutares da sociedade civil para os processos sociais e econômicos está se tornando comum em muitas partes do mundo, mesmo que essas contribuições possam ser interpretadas de modo diferente pelos governos e pela sociedade civil. E com esse reconhecimento de novos atores em

desenvolvimento, os governos estão também se comprometendo em dar responsabilidade de maior *governance* aos que são governados [...] (WESTENDORFF, 2002, P.188).

Assim, níveis de capital social e capital humano da sociedade, serão determinantes (FRANCO, 2002). Não é suficiente querer superar um modelo tradicional a partir da construção de propostas que teoricamente dêem conta dessas exigências, se as bases na nossa sociedade permanecem inalteradas, mantêm-se ao longo das décadas o mandonismo local, a interferência de representantes políticos. Organizar a sociedade num país que historicamente apresenta uma estrutura injusta e desigual, não é tarefa simples.

Essas, dentre outras questões, apontam que a idéia de descentralização na realização do desenvolvimento local gera polêmicas. Oliveira (2002), por exemplo, reconhece que com a globalização há, contraditoriamente, movimentos de reconcentração.

Ainda sobre o assunto, Westendorff (2002, P.188), ao discutir sobre gestão local destaca que os processos de globalização apresentam efeitos positivos e obscuros. O lado positivo é que “[...] está abrindo os canais de informação e assistência jurídica que lhes eram negados. O discurso de democracia e dos direitos humanos está se disseminando cada vez mais e de modo profundo nas sociedades do que no passado”. O lado obscuro é que “[...] muitos de seus impactos parecem romper sinergias positivas necessárias dentro da sociedade civil ou impedi-las de emergir dentro da sociedade civil popular e entre ela e as autoridades locais”.

Se por um lado, a idéia é fortalecer a descentralização e a democratização, melhorando a sinergia entre os atores locais e possibilitando o empoderamento dos grupos populares. Por outro, percebe-se que na prática essas condições ainda apresentam fragilidades.

Ademais, a “descentralização social” apontada por Trusen (2002), transfere competências, responsabilidades e recursos para a sociedade civil. Esta seria na sua concepção uma outra forma de descentralização.

1.3.4 Territorial

O território, compreendido até então apenas enquanto recorte físico-espacial, ocupado por determinadas comunidades, assume novas interpretações na sociedade moderna que, segundo Albuquerque (1998), passa a ser valorado pela capacidade de cooperação social entre seus membros, um papel ativo na promoção do desenvolvimento local.

Transcorrendo por várias produções da literatura específica, observamos que há um esforço imenso de superação da trajetória do desenvolvimento ao tentar qualificá-lo: “integrado”, “endógeno”, “sustentável”, “regional”, “local”, “rural”, “durável” (IROEHLICH, 1998), e acrescentaríamos ainda o termo “comunitário”.

No entanto,

a definição de local é [...] sempre relativa. Assim um bairro é local em relação a uma cidade, ou uma região em relação ao Estado ou ao país. É um espaço socialmente construído com base territorial delimitada (segundo critérios geo-econômicos, geopolíticos e geo-ambientais). O local é um espaço social onde se conformam comunidades e constroem-se identidades territoriais (COELHO E FONTES, 1998).

No Brasil, a maioria das experiências de desenvolvimento local, está associada ao município. Mas, entendemos que o local, também pode se referir àquelas instâncias menores como comunidades, bairros ou aquelas mais amplas como regiões e estados.

A discussão sobre o que vem a ser local apresenta diversas visões. Numa perspectiva culturalista, Bauman (1999, p. 8) afirma que “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social”, ou seja, valorizar o local no processo de globalização significa isolamento, privação e deterioração do tecido social. Com a mobilidade possibilitada pela globalização, a localidade não tem as mesmas vantagens, pois como não pode ser transferida, deverá permanecer onde está, mas no momento em que há o deslocamento da empresa, os custos ambientais do lixo, o desemprego, o colapso social, são danos assumidos por quem

fica na região. Essa mobilidade beneficia as grandes empresas, porém, provoca graves seqüelas sociais às comunidades.

Nesse sentido, Sevckenko (2001, p. 31) diz que “as grandes empresas podem obrigar o Estado a atuar contra a sociedade, submetendo ambos, estado e sociedade, aos seus interesses e ao seu exclusivo benefício”. A responsabilidade com a localidade não cabe aos investidores ou acionistas, mesmo porque não há nenhuma política que os obrigue. Essa tarefa recai sobre as comunidades. Pois no processo global da economia, a relação distância/proximidade é o que menos importa, a comunidade apenas é vista como prestadora de serviços.

Apesar da diversidade de propostas e de realidades locais, é possível identificar algumas características básicas nas experiências de desenvolvimento local. Várias são as instituições que desenvolvem ações denominadas de desenvolvimento local, as quais incorporam na sua área de intervenção características específicas.

CAPÍTULO II

AÇÕES DENOMINADAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A perspectiva que se tinha, até meados da década de 80, era de que as políticas econômicas derivadas dos processos de planejamento, tinham como base teórica, a idéia de que o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas, dependia da implantação de empreendimentos de grande porte, que dessem suporte ao desenvolvimento a partir da formação de uma cadeia produtiva mais ampla, adensada. Para a atração desses investimentos, preconizava-se a concessão de benefícios fiscais variados, custosos.

As políticas macroeconômicas passam a ser orientadas pelo próprio mercado, enquanto as políticas microeconômicas são tuteladas pelo denominado terceiro setor, que inclui as organizações não governamentais e organismos híbridos, como SEBRAE, e outras organizações sociais que envolvem interesses público e privado.

O desenvolvimento local, diferentemente dos modelos de desenvolvimento implementados no Brasil, desde o pós-guerra, vai ser impulsionado, principalmente por grupos de instituições denominadas de terceiro setor. O Estado, até aquele momento, era o principal agente propulsor do desenvolvimento, mas esse cenário começa a mudar a partir da década de 90, quando fica claro que caberia ao Estado avaliar e subsidiar as políticas macro-econômicas baseado-se na economia global. Contudo, o planejamento do desenvolvimento para regiões periféricas (municípios com baixo IDH), passara a ser de responsabilidade do terceiro setor.

Nessa conjuntura, percebe-se que o Estado brasileiro e suas federações, são chamados a destinar recursos públicos para viabilizar o desenvolvimento macroeconômico. Como é sabido, o desenvolvimento local e os demais modelos de desenvolvimento, com ênfase no local e na “solidariedade” são formulados por diversas instituições e Organizações Não Governamentais, cujos agentes geralmente recebem financiamentos pelo setor público para implantação dos denominados projetos de Desenvolvimento Local.

Essas mudanças conceituais, no que dizem respeito à questão do desenvolvimento, não desestimularam os governantes e lideranças políticas e empresarias a buscar o desenvolvimento, inclusive o terceiro setor também se apropriou do discurso do desenvolvimento.

Todos os governantes, quase sem exceção, contróem suas plataformas políticas com vistas ao desenvolvimento de municípios, Estados ou mesmo da Nação. Esse discurso adquiri sempre maior importância, quando se trata da região Nordeste, historicamente marcada pela sua condição subdesenvolvida.

Nesse sentido, podemos dizer que todos os governos formularam seus projetos de desenvolvimento, contudo, as mudanças no campo econômico e social não alteram a condição de Estado pobre, subdesenvolvido.

Como conseqüência dessa lógica, vamos encontrar, dentro das estruturas de governos e de outros segmentos, uma agenda de desenvolvimento. Atualmente, podem-se encontrar duas agendas: uma, de caráter macroeconômico e outra, que agrega várias ações sob as denominações de desenvolvimento local, economia solidária, desenvolvimento local sustentável, dentre outras.

Nesse contexto, vimos o declínio de instituições que formulavam as políticas de desenvolvimento regional, como SUDENE, já agora nos anos 2000, simbolizando que a partir daí, no lugar do desenvolvimento regional, emergiria o desenvolvimento local. Muda também a concepção de Região, de local, pois uma região pode ser apenas uma comunidade, um lugar, uma parte de um município e não uma região geopolítica como o Nordeste e a Amazônia.

Respondendo ao modelo de desenvolvimento, o governo do Estado de Alagoas, via Secretaria de Desenvolvimento Econômico, contratou uma Agência de Desenvolvimento (ADTP) que elaborou o documento “Alagoas - Estratégias de Desenvolvimento”. Com base nos seus estudos e experiências, recomendam que,

[...] uma forma de carrear tais esforços, revestidos das premissas para sustentar a cultura de desenvolvimento de Alagoas, é a criação de uma organização o mais independente possível, de alto nível, que promova as ações de desenvolvimento, identifique as oportunidades dentro dos princípios de sustentabilidade, participe da mediação público-privada, tudo dentro de uma garantia de continuidade do processo, com estrutura leve e gestão ágil.

O governo de Alagoas empenhou esforços e construiu as bases para a retomada do desenvolvimento. Elaborou o projeto Alagoas: Estratégias de Desenvolvimento. Trata-se de um processo de identificação de oportunidades para investimento em projetos estruturantes de turismo, agronegócios e infra-estrutura, empreendimentos chaves que possibilitam estimular o desenvolvimento nos setores em que Alagoas dispõe de vantagens naturais. São 25 projetos relacionados com informações sobre a economia alagoana, e os setores relevantes, funcionando como suporte e contexto para os investidores nacionais e internacionais, representam potencial superior a R\$ 2,5 bilhões em investimentos ao longo dos próximos 15 anos e embutem a ótica do setor privado como criador da riqueza que alimenta o crescimento da economia estadual, que dará ao setor público alagoano as condições e os recursos necessários para atender às demandas sociais.

Por outro lado, a Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), juntamente com o SEBRAE, formulou uma outra dinâmica de desenvolvimento voltada para os municípios pobres de Alagoas, onde se insere o Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS), baseada na descentralização da gestão de projetos sociais. O discurso se baseia na busca de processos participativos de planejamento, que não garantam apenas o crescimento econômico, mas permitam o espriamento desses frutos para as comunidades envolvidas.

O discurso abaixo, com algumas variantes, conforma as diversas concepções de desenvolvimento local, onde o indivíduo, sabendo se comunicar, participar, tendo habilidades técnicas e capacidade empreendedora pode se integrar ao mercado, portanto, superar sua condição de pobreza.

Os projetos de desenvolvimento rural somente terão êxito depois que proporcionarem aos afetados pelo subdesenvolvimento, em primeiríssimo lugar, o saber e o saber fazer para que possam atuar como construtores do desenvolvimento (pessoal, familiar, comunitário, municipal, etc.). No meio rural, o recurso mais abundante e potencialmente mais eficaz para gerar riqueza e prosperidade são as próprias famílias rurais. No entanto, de pouco serve contar com famílias cheias de potencialidades latentes. É necessário que os projetos tenham o objetivo e a capacidade (reitero, intencionalmente, o objetivo e a capacidade) de transformar esse abundante fator potencial em um eficiente fator real de desenvolvimento. Isto requer que recebam uma educação funcional que lhes ensine como produzir e administrar com maior eficiência e rentabilidade, mesmo que não tenham acesso a recursos materiais e financeiros adicionais aos que eles já possuem, porque dificilmente os receberão dos seus governos. Proporcionando-lhes uma educação orientada ao "empreendedorismo" e ao autodesenvolvimento, estes pobres, que atualmente fazem parte do problema, passarão a fazer parte da solução. Com isto teremos uma menor quantidade de famílias rurais reivindicando infrutiferamente recursos ao Ministério da Fazenda e uma maior quantidade delas gerando tais recursos dentro das suas propriedades, ao praticarem uma agricultura mais eficiente, mais produtiva e mais rentável (POLAN LACKI¹¹).

Essa dinâmica de desenvolvimento desafia a teoria social a entender como se configuram, nesse contexto, os conflitos, as relações de poder, o papel das forças econômicas nacionais e internacionais, no momento em que a vida social é regida

¹¹ <http://www.polanlacki.com.br/artigosbr/subdesenvolvimento.rtf> "Uma proposta diferente para erradicar a pobreza rural: transformar os afetados pelo subdesenvolvimento em construtores do desenvolvimento". Acesso dia 20 de fevereiro de 2006 às 23h.

pelas leis de mercado, pela redução do papel do Estado, enquanto agente responsável historicamente pela formulação de políticas públicas compensatórias, o que vem a agravar as desigualdades sociais, conforme os estudos sobre os índices de desenvolvimento têm mostrado.

Como já foi dito no capítulo anterior, esse modelo de desenvolvimento toma como referência o local, o território. O local se constitui assim em espaço de operacionalização do desenvolvimento. Parte-se do pressuposto que é no local, num espaço dado, que estão construídas as relações de confiança e solidariedade, considerados como elementos fundamentais para que tal modelo se estabeleça. A relação de confiança e reciprocidade é definida como capital social, elemento base para que esse desenvolvimento aconteça.

A concepção de *Capital social*, formulada por Putman (2000), é a do conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos, sendo determinante na compreensão da ação social.

Mas há um outro elemento fundamental para que haja desenvolvimento local, que é o denominado capital humano, que Segundo Bassi (2001), é a personificação da capacidade produtiva das pessoas. É a soma das capacidades, do conhecimento, dos atributos, das motivações e da força moral das pessoas. Pode ser dado ou alugado a outras pessoas, mas apenas numa base temporária; não é possível transferir a sua posse.

Ao apresentar uma visão crítica sobre a Teoria do Capital Humano, Cattani (2000), diz que esta fundamenta-se na crença de que todos os indivíduos têm condições de tomar decisões livres e racionais. Para o referido autor, seguem-se duas conclusões a esse axioma. A primeira é a de que as desigualdades sociais e as diferenças na distribuição de renda são de responsabilidade dos próprios indivíduos. Alguns investem mais na sua educação, garantindo rendimentos superiores; outros se acomodam em patamares inferiores. A segunda conclusão, decorrente da primeira, é conclusão que o sistema educacional apenas responde às demandas individuais, não tendo como atribuição promover a igualdade de oportunidades. Legitimam-se, assim, as propostas neoliberais de dismantelar o

setor público, de transformar a educação num negócio submetido à lógica do mercado.

Como pode ser observado, pelo que foi dito acima, o desenvolvimento local depende das habilidades dos indivíduos, do seu saber fazer (capital humano) e dos laços de confiança e solidariedade construídos pelo grupo na sua comunidade (capital social). Um fato que nos chama atenção, nesse modelo de desenvolvimento, é que o capital financeiro não é um elemento prioritário a priori, diferentemente do que pressupõe o modelo clássico de desenvolvimento, onde capital (dinheiro) para investimento e re-investimento, no processo de produção, é uma condição fundamental.

Com o modelo de desenvolvimento local, pode-se dizer que surge uma nova burocracia gestora de ações públicas, voltadas para as populações pobres dos municípios brasileiros. Organizações com objetivos e finalidades diversas, se articulam para construir e disseminar projetos com base no desenvolvimento local. O SEBRAE e organizações não governamentais, entre outras instituições, impulsionam as políticas de desenvolvimento local, em particular no Nordeste, e em especial no Estado de Alagoas. O projeto de maior destaque é o Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), iniciativa do governo federal, implementado em municípios brasileiros.

Ao lado desses questionamentos teóricos, há que se observar como esse modelo de desenvolvimento se efetiva na prática, ou seja, como instituições individuais com seus objetivos específicos e seus modelos de ação política, se deslocam para formar consórcios, redes e agir em bases plurais com os grupos sociais locais, visando o desenvolvimento local.

Entender esse novo formato de desenvolvimento, tendo como seu principal agente o terceiro setor ou a rede privada, no sentido de compreender em que medida este é capaz de mudar os níveis de desigualdade social, e os índices de pobreza e miséria, é fundamental.

Importa saber quais as experiências práticas de sucesso capazes de mudar as condições de vida da população atingida por esse modelo de desenvolvimento. Quais as repercussões sociais de experiências de desenvolvimento local que impulsionaram novos projetos produtivos e atividades geradoras de emprego e renda em nível local. Estas, dentre outras, são questões que merecem solução.

Nossa pretensão, neste trabalho, não é responder a todas essas questões. O objetivo principal é acompanhar as ações de uma modalidade de desenvolvimento local, denominado Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS).

A perspectiva é acompanhar as mudanças socioeconômicas, mudanças no padrão produtivo, nível de organização social, elementos considerados como fundamentais para o desenvolvimento local. Para isso, elegemos como área de estudo o Município de Santana de Mundaú, no estado de Alagoas, particularmente as comunidades onde o PVRS foi implantado, quais sejam: Amoras, Barro Branco e Brenhas.

CAPÍTULO III

AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO A PARTIR DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL IMPLEMENTADO NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ/ALAGOAS

3.1 CONCEPÇÕES GERAIS DO PROJETO

O Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS) surge na década de 90, em Santa Catarina¹² fruto de uma parceria entre o SEBRAE, a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) e o Governo do Estado.

A região sugerida pelo SEBRAE/SC, para implantação do projeto piloto, na primeira fase, foram os municípios considerados prioritários: Santa Rosa de Lima e Anitápolis. Numa segunda fase, a região de abrangência: Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Águas Mornas, São Bonifácio, Rio Fortuna, São Martinho, Grão Pará, Armazém e Gravatal. E na terceira fase, a região de influência: Florianópolis, São José, Tijucas, Braço do Norte, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Imaruí e Laguna (Projeto Vida Rural Sustentável, 2000).

Assim, partindo do princípio de que o desenvolvimento rural é intrinsecamente local, o projeto objetiva:

- a) Melhoria da competitividade e eficiência de **cadeias produtivas agroindustriais**, enfatizando a participação das pequenas empresas neste processo; b) A **viabilização** técnico-econômica, social, ambiental e cultural das unidades de produção familiares, a partir de uma região piloto; c) A **melhoria** da qualidade de vida dos agricultores familiares; d) A **permanência** dos agricultores familiares no meio rural; e) Produzir e ofertar produtos saudáveis aos **consumidores**; f) **Incentivar** ações que promovam a **integração dos produtores**; g) **Apoiar** ações de

¹² Há registros de que a iniciativa surgiu em 1996 a partir de um trabalho desenvolvido pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral/AGRECO com doze famílias do município de Santa Rosa de Lima, de menos de 2 mil habitantes, localizado a 250 quilômetros de Florianópolis. Uma região isolada, marcada por longos séculos pela agricultura de subsistência, que registrava graves problemas sociais e de êxodo rural. Esses agricultores locais passaram a cultivar hortaliças orgânicas, todas vendidas a uma rede de supermercados Santa Mônica, do proprietário e principal motivador dessa iniciativa inovadora, Sr. Egídio Locks, nascido na cidade e um homem bem sucedido. Ele teria observado numa viagem à Europa, que havia uma demanda muito grande por produtos com princípios agroecológicos e na ocasião da festa tradicional da cidade "Festa dos Legumes", teria proposto, aos agricultores, a produção de frutas e hortaliças orgânicas que, posteriormente, seria toda comprada por ele. O problema é que havia um mercado amplo a ser abastecido, mas a falta de tecnologia, recursos e organização dificultavam esse abastecimento. A viabilização das necessidades do mercado se deu com o patrocínio da iniciativa privada, a colaboração do Governo do Estado e a coordenação do SEBRAE/SC. Ver mais sobre essa matéria intitulada "Lançando a semente do desenvolvimento rural sustentável", no site <http://www.casosdesucesso.sebrae.com.br/include/arquivo.aspx/9.pdf>. Acesso: 10 de dezembro de 2005.

associativismo/cooperativismo em todos os elos da cadeia produtiva (idem, p.15).

Para isso, prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual se mobilizam recursos das comunidades, em parceria com atores da sociedade civil, de governos e empresas em todos os níveis, visando realizar diagnósticos da situação de cada localidade, identificar potencialidades, bem como a produção de planos integrados de desenvolvimento.

O projeto não propõe uma metodologia acabada, considerando que há diferentes níveis de demandas, potencialidades, dificuldades e oportunidades, de níveis de organização, conscientização e experiência agroecológica, em cada região, localidade (comunidade) ou grupo de produtores beneficiados. Neste sentido, o entendimento é de que cada localidade tem uma realidade a ser respeitada, uma potencialidade ainda não desenvolvida, fatores que são importantes para garantir o sucesso do empreendimento.

O mesmo documento indica que a idéia é desenvolver focos de ações, voltadas à melhoria da qualidade de vida de populações beneficiadas pelo Projeto, as quais posteriormente podem ser aplicadas em outras regiões, esperando-se, por fim, resultar num processo de desenvolvimento humano e social sustentável. E para se chegar a esse desenvolvimento é necessário cumprir os seguintes passos:

1. Capacitação, entendendo que o desenvolvimento regional integrado e sustentável passa pela capacitação dos vários atores: sociais, políticos e econômicos.

2. Motivação, de modo que contribua para expansão da mobilização em torno de práticas agroecológicas, motivando os agricultores familiares a se envolver com o projeto, melhorando sua qualidade de vida, resgatando a sua identidade cultural e social, no sentido de superar as condições de exclusão social. Esse processo envolve organização, assistência técnica, formação e profissionalização do público alvo, a partir de uma pedagogia participativa, que coloca “o homem, enquanto sujeito da sua própria história [...]”.

3. Aprendizado, a partir das demandas por formação e profissionalização geradas pelos agricultores familiares, buscando-se realizar ações pedagógicas em forma de palestras, seminários, reuniões, cursos, dias de campo e planejamentos participativos, visando sempre ao aproveitamento das experiências presentes em

nosso meio e “possibilitando a troca de experiências, o autoconhecimento e uma maior integração/compreensão acerca do contexto sócio-histórico-cultural em que vivem”.

4. Produção agroecológica e agroindustrialização, já que cada vez mais o mercado consumidor entende o valor para sua saúde dos alimentos com alto valor biológico e, conseqüentemente, estes se diferenciam entre os outros produtos, obtendo melhor remuneração. E para atingir uma parcela maior do mercado, faz-se necessário agregar valor aos produtos, criando uma rede de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte (ARPPS), que estejam dentro dos padrões de industrialização, das exigências sanitárias governamentais, e que a matéria-prima, produzida nas propriedades dos agricultores familiares, tenha qualidade de um produto agroecológico (livre de agrotóxicos e garantia de acompanhamento técnico e de um serviço de inspeção sanitária). Desta forma, contribui não só para melhoria da qualidade de vida dos agricultores, mas também para o desenvolvimento local sustentável. As indústrias propostas contarão com uma Unidade Central de Apoio e Gerência, mantida e administrada pelos próprios agricultores familiares.

5. Estudos de mercado, marketing e comercialização, para diversificação e a ampliação da clientela. A idéia é transformar as demandas em novas oportunidades de trabalho e renda e distribuir a produção em três níveis: aquele considerado ‘grande’, os supermercados, os ‘pequenos’, representados pelas formas tradicionais de comercialização, como as feiras, o fornecimento de cestas de produtos a condomínios, residências ou associados de organizações de trabalhadores, as cooperativas de consumo de pequenos estabelecimentos especializados em produtos ‘coloniais’ ou em produtos ‘naturais’, e o ‘mercado institucional’, envolvendo a rede pública e privada.

6. Agroturismo, comunicação e cultura, para valorizar a cultura local, a partir do resgate da história, dos costumes, como pressuposto da cidadania e uma das razões da permanência do homem no campo, acrescentando ainda renda às atividades produzidas no meio rural como alternativa econômica, social, por meio do agroturismo, promovendo dignidade e integração entre todos os envolvidos.

7. Implantação de sistemas de gestão e certificação da qualidade buscando consolidar uma marca da Associação dos Agricultores Ecológicos para garantir, dentro dos fundamentos científicos e metodológicos, que os produtos

ofertados no mercado estejam dentro dos padrões mínimos exigidos pelo mercado consumidor e recomendados pela legislação.

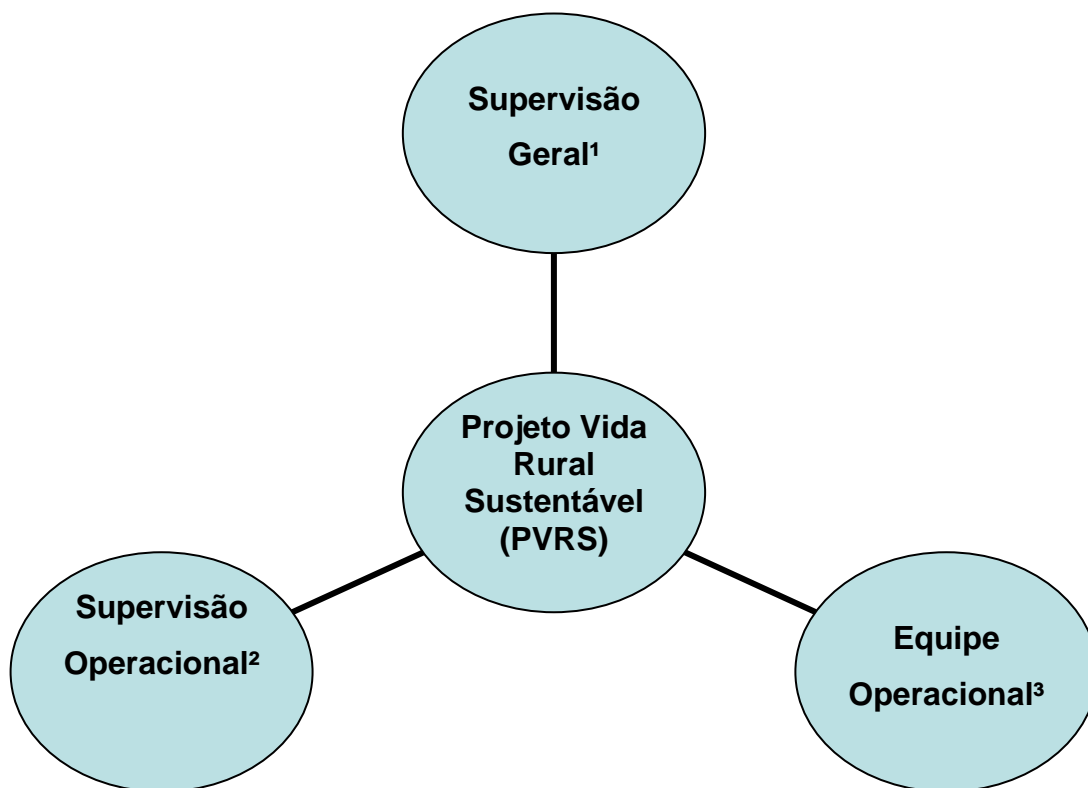
O entendimento é de que a viabilidade dessas propostas depende de um arranjo institucional forte, através das parcerias. Contudo, o projeto conta com os seguintes parceiros: lideranças comunitárias, prefeituras, instituições públicas estaduais e federais, instituição bancária, entidades que trabalham com a questão rural, instituição de pesquisa e associação de agricultores (ver figura 1).

A sustentabilidade, princípio fundamental do PVRS é compreendida como um conjunto de ações que “assume não somente as dimensões técnico-econômica e ambiental, mas também as dimensões social, cultural e política. Esta perspectiva abre espaço para a valorização da diversidade (de culturas, conhecimentos, idéias, e objetivos), e de valores como a cidadania, ética, cooperação e solidariedade (PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL, 2000).

A premissa básica da proposta do PVRS é a conversão da atividade agrícola convencional para um modelo agroecológico, que agregará valor à produção primária, motivado pela agroindustrialização, pela valorização do espaço rural para promoção do agroturismo e do artesanato e pela utilização de organizações associativistas na gestão das atividades de comercialização, assistência técnica, crédito, assim como outros procedimentos de suporte.

Essa construção, segundo os defensores do projeto, deve passar necessariamente pela diminuição do nível de desigualdade social e de renda e de exclusão social, questões que foram reforçadas ao longo das décadas pela agricultura convencional. “No Brasil, o rural é definido simplesmente por aquilo que não é urbano (o que está fora do perímetro urbano). Além disso, é associado a atrasado, a tradicional, e a pouco desenvolvido” (idem, p. 7).

Figura 1: Estrutura do Projeto Vida Rural Sustentável (PVRs).



¹ Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE/SC).

² Agencia Catarinense de fomento AS (BADESC), Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Prefeituras Municipais, Secretaria do Estado de Desenvolvimento Rural e da Agricultura (DAS), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE/SC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³ Técnicos, Instrutores e/ou Consultores designados e/ou contratados pelos órgãos e instituições responsáveis pela execução das ações constantes das diversas etapas do Projeto.

É necessário lembrar que o maior fracasso do desenvolvimento local está ligado ao fato do planejamento ter sido feito até agora sem considerar essa dimensão do espaço. As macro-políticas faziam uma aposta de forma geral na produtividade e acabavam 'gerando problemas localizados', como o inchamento ou esvaziamento de certos espaços urbanos e rurais ou a exclusão social. Ou seja, de fato, para o local, sua gente e seus gestores, sobravam os problemas ou os efeitos colaterais dos remédios 'cura-tudo' que eram as políticas 'de cima para baixo' (PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL, SEBRAE/SC, 2000, P.7).

Ainda segundo seus formuladores, faz-se necessário, à construção de um espaço rural, com novas funções sociais, valorizado pela sua importância, pelo seu potencial, aproximando o agricultor do consumidor e o urbano do rural, pensando a solução para o rural não isoladamente, mas reconhecendo que há uma interdependência com a cidade e, assim, superar a visão dominante que prevalece.

“O problema é que a noção de desenvolvimento dominante entre lideranças de trabalhadores rurais e profissionais de nível médio e superior ligados a programas voltados ao desenvolvimento rural, assim como dos funcionários do governo e dos agentes financeiros, é que desenvolvimento econômico e industrial é condição necessária e suficiente para o progresso social e cultural do conjunto da sociedade. Da mesma forma, acreditam que os problemas são técnicos e que, portanto, as soluções são técnicas. Corre-se o risco, inclusive, de achar que ações conservacionistas ou ambientais na direção do chamado desenvolvimento sustentável encaminham, por si só, a equidade social. No entanto, não há soluções técnicas simples para problemas sociais complexos” (idem).

Como experiência prática, o PVRS, procura valorizar os grupos humanos que habitam na área rural, considerando as forças endógenas das comunidades como principal agente do desenvolvimento local através da ação participativa. Incorpora, portanto, a preocupação com o meio ambiente e com a questão da pobreza de regiões pobres e ou comunidades de grupos sociais, neste caso, os agricultores familiares.

Na perspectiva descrita acima, o PVRS se desloca do Estado de Santa Catarina para o Estado de Alagoas, considerado como uma importante experiência de desenvolvimento local e agora como objeto da nossa pesquisa.

3.2 O PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL EM ALAGOAS: PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

A implantação do PVRS em Alagoas, aconteceu no ano de 2002. Esse processo contou inicialmente com os diagnósticos participativos realizados pelo Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)¹³, em aproximadamente 80 municípios alagoanos, os quais identificaram e elegeram várias demandas sociais em áreas urbanas e rurais, que contemplavam a proposta do projeto.

Duas questões em particular, motivaram o SEBRAE a querer implantar o programa no estado: a primeira, foi a necessidade do surgimento de propostas que superassem os problemas de uso inadequado de agrotóxicos nas pequenas propriedades rurais; e a segunda, a carência de recursos para compra de insumos.

Segundo a gestora do projeto em Alagoas,

As localidades que mais se destacaram foram os municípios de Arapiraca, Maragogi e Santana do Mundaú, pelas suas potencialidades e pela existência de práticas agrícolas tradicionais como é o caso do cultivo do fumo, da mandioca, da laranja lima, entre outros (SEBRAE, 2005).

O SEBRAE-AL¹⁴, interessado em implantar o Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS) em Alagoas, iniciou um processo de negociação com a Organização Não

¹³ O DLIS é uma metodologia de desenvolvimento que visa o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social nas localidades com baixos índices de desenvolvimento humano, a partir da formação de um consórcio entre as várias instituições de setores diferentes junto à sociedade. Essa proposta foi criada em 1999, como uma das principais ações do governo federal, na época Fernando Henrique Cardoso, compondo o Programa Comunidade Ativa. Em Alagoas, essa proposta foi implantada no ano de 1999, tendo o SEBRAE e a Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN como principais parceiros. Inicialmente, contemplou cinco municípios pilotos e, até o ano de 2003 alcançou 80 municípios beneficiados diretamente. Atualmente, o DLIS funciona através de uma Associação de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – ADLIS, formada por representantes da sociedade civil e que atuavam nos fóruns locais (COMUNIDADE ATIVA, 1999; INFORMATIVO REDE DLIS, 2003).

¹⁴ Em entrevista concedida ao Boletim Informativo da Ong MMT, o diretor técnico do SEBRAE/AL, Osvaldo Viegas, diz que a instituição optou em trabalhar com a agroecologia porque “no contexto da economia globalizada a competitividade é a palavra chave. Assim sendo, os produtos do agronegócio alagoano competem com produtores de outras regiões do país e de outros países, que estão bem mais avançados do que os nossos, em termos de tecnologia de produção. Não podemos fugir a esta realidade” (Boletim Informativo/Movimento Minha Terra, nº. 8, março de 2004).

Governamental Movimento Minha Terra, já que a mesma vinha desenvolvendo um trabalho de assistência técnica através de um projeto em conjunto com a Secretaria de Agricultura.

A primeira iniciativa dos dirigentes das organizações, foi fazer uma visita técnica às comunidades piloto, beneficiadas pelo projeto em Santa Catarina. Na oportunidade, conheceram sua filosofia e metodologia e na prática todos os passos operacionais. Posteriormente, o SEBRAE/AL, órgão gestor do PVRS¹⁵, realizou um convênio de cooperação técnica com a ONG, Movimento Minha Terra - MMT¹⁶, cuja responsabilidade é de executar o Projeto em Alagoas.

A concepção e a metodologia do PVRS em Alagoas, não diferem daquela formulada para o Estado de Santa Catarina. Como se pode verificar nos princípios e objetivos apresentados abaixo, a filosofia do projeto em si não muda. As orientações tomam como referência a proposta geral, procurando apenas incorporá-las as especificidades locais.

Segundo documento produzido pela instituição executora, Ong Movimento Minha Terra (MMT) (2002), os princípios, objetivos e metas do PVRS estão organizados da seguinte forma:

a) Buscar a conciliação do desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e a qualidade de vida dos principais beneficiários - os agricultores familiares.

b) Focar na sustentabilidade, entendida em suas dimensões: técnico-econômica, ambiental, social, cultural e política. Procurando sempre valorizar a diversidade de cultura, de conhecimento, de ideais, de objetivos e de valores como: cidadania, ética, cooperação e solidariedade. O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem e cooperação social, abrangendo a participação e a responsabilidade de todos os envolvidos.

¹⁵ O Projeto Vida Rural Sustentável em Alagoas conta ainda com a consultoria do Presidente da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO, instituição parceira do projeto piloto em Santa Catarina, Sr. Wilson Schimdt.

¹⁶ É uma organização não-governamental com abrangência estadual. Criada no ano de 1996 e oficializada em 2000, vem atuando em várias comunidades rurais do estado através de um trabalho de assistência técnica baseada nos preceitos da agroecologia. Sua missão é de “Contribuir para melhorar a qualidade de vida da população pela difusão dos princípios da agroecologia e desenvolvimento de projetos que apoiem a agricultura familiar, centrados na sustentabilidade”. Trimestralmente a instituição edita seu boletim informativo “Terra Solidária”, tendo pelo menos 700 pessoas cadastradas (Material Oficial de Divulgação da Instituição).

c) Esperar que com a implantação deste projeto nas comunidades beneficiadas, seja viabilizado o empoderamento dos agricultores familiares e suas organizações em torno de uma proposta de desenvolvimento sustentável, que inclui a conversão da atividade agrícola convencional, para um modelo agroecológico, a agregação de valor à produção primária, motivado pela agroindustrialização, a valorização do espaço rural, baseado na promoção do agroturismo, do artesanato e a utilização de organizações solidárias e associativistas para a gestão das atividades de comercialização, assistência técnica, crédito e outras ações de suporte.

Diante das diferenças entre as Encostas das Serras Gerais de Santa Catarina, local de origem do projeto, e as áreas propostas para implantação do Projeto no Estado de Alagoas, alguns ajustes foram feitos, visando a melhor adequação do PVRS às particularidades regionais.

Entende-se que a implantação do Projeto, em cada comunidade, poderá variar de acordo com os diferentes estágios de organização, demandas, problemas e oportunidades dos grupos de produtores participantes das ações (DOCUMENTO OFICIAL DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL EM ALAGOAS: SEBRAE/AL, 2003).

De acordo com a instituição executora, as áreas de abrangência do projeto, apresentam características que devem ser levadas em consideração no processo de estudo e implantação da proposta. São elas:

- a) a densidade demográfica do Estado, a quarta maior do país, e a considerável população das comunidades rurais trabalhadas que alcança até 3.000 habitantes por comunidade;
- b) a pouca experiência associativista da região, por razões de formação histórica;
- c) a total ausência do Estado na área de produção agropecuária, em algumas comunidades e, na maioria, de forma descontínua e desordenada, gerando desconfiança e reticência quanto à nova proposta;
- d) precária infra-estrutura de estradas, que isola comunidades;
- e) baixos índices de escolaridade, saúde e renda. Baixa produtividade das comunidades rurais. Pouca capacidade empreendedora e baixo capital social (RELATÓRIO DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL, JULHO DE 2003).

As informações acima revelam a necessidade de formular e implementar ações que venham a modificar o quadro existente. A melhoria dessas condições sociais implicará no desenvolvimento local. O PVRS, nesse caso, assume o papel de facilitador do processo, direcionando atividades bem planejadas, com uma metodologia compatível com os objetivos e as metas a serem alcançadas.

3.3 ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PVRS

A escolha das três localidades de intervenção, quais sejam: região Costa de Corais (município de Maragogi); Agreste (município de Arapiraca); e Vale do Mundaú (município de Santana do Mundaú) se deu de forma participativa, a partir de contatos com lideranças e instituições locais, realização de visitas *in loco* e de reuniões com entidades, como o próprio projeto orienta, afirmam os responsáveis pelo PVRS em Alagoas.

Dois fatores facilitaram o processo de mobilização, sensibilização e organização das comunidades: o primeiro, foi um trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela própria ONG, Movimento Minha Terra (MMT), em convênio com a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca (SEAP) e com o apoio das prefeituras. As ações prioritárias tinham como princípio, a agroecologia. E o segundo, a existência dos Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) recém criados em cada um dos municípios.

Após essa fase ficaram definidas como beneficiárias do projeto, por município, aquelas comunidades e assentamentos que apresentaram demandas no campo da agroecologia. As comunidades definidas foram: Flexeiras, Bálsamo e os agricultores da Associação Rural Agroecológica do Agreste (ARAGRESTE) em **Arapiraca**; os assentamentos Mangibura, São Pedro e Bom Jesus em **Maragogi**; e as comunidades Amoras, Barro Branco e Brenhas em **Santana do Mundaú** [grifo nosso]. Em seguida, foram realizados os pré-diagnósticos buscando “conhecer o perfil das comunidades para implantação de um projeto de assistência agroecológica, com foco na agricultura familiar, podendo posteriormente servir como

modelo para a implantação nas demais comunidades e assentamentos” (RELATÓRIO PVRS, julho de 2003).

Mesmo tendo sido implantado em 2002, o lançamento do projeto nos municípios só aconteceu entre os dias 21 e 22 de fevereiro de 2003. A princípio, com 111 famílias beneficiadas, dispo de uma área total de 673 hectares (quadro 3). Segundo estimativa dos responsáveis do PVRS em Alagoas, a meta é que em cinco anos os produtores e suas instituições representativas, sejam elas associações ou cooperativas, se tornem autônomas.

QUADRO 3: ÁREAS DE PRODUÇÃO E RENDA DO PVRS EM ALAGOAS

MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ÁREA TOTAL	Nº. TOTAL DE FAMÍLIAS	Nº. TOTAL DE PESSOAS ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO	RENDA MÉDIA POR MUNICÍPIO (R\$)	FAMÍLIAS SEM RENDA DEFINIDA POR MUNICÍPIO
ARAPIRACA	160 HÁ	21	68	304.28	05 (23%)
MARAGOGI	308 HÁ	55	97	70.4	28 (51%)
SANTANA DO MUNDAÚ	205 HÁ	35	92	216.4	02 (5.7%)
TOTAL	673 HA	111	257	591.08	31.53%

Fonte: SEBRAE/MMT, outubro de 2003.

A gestão do PVRS é de responsabilidade do SEBRAE. No entanto, foi criado um Núcleo Gestor Estadual em Alagoas. Esse núcleo foi oficializado no ano de 2003, e conta com a participação da Secretaria da Agricultura e Pesca do Estado de Alagoas; da Secretaria de Educação; da Escola Agrotécnica de Satuba; do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); do SEBRAE Nacional; do SEBRAE de Alagoas; da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Alagoas; do Instituto de Desenvolvimento Rural de Abastecimento de Alagoas (IDERAL); do Banco do Nordeste; das Secretarias de Agricultura dos municípios de Arapiraca, Maragogi e Santana do Mundaú; da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); e da Organização Não-Governamental Movimento Minha Terra (MMT) (SEBRAE, 2002).

No discurso¹⁷ de um dos dirigentes do SEBRAE, no momento da formação do núcleo gestor, ele afirmou que “para que o projeto seja sustentável, inovador e pragmático é necessário que haja a participação de todos os parceiros”. E completa: “o SEBRAE não é o dono [do] projeto, ele passa a ser de todas as instituições [...]”.

Nesse sentido, a parceria entre diversas instituições políticas, econômicas, de pesquisa ou de prestação de serviços sociais, é indispensável para que as experiências de desenvolvimento local aconteçam e consigam gerar um impacto no campo socioeconômico.

Fica evidente no discurso, a preocupação em buscar uma gestão compartilhada, a co-participação, a co-responsabilidade e a parceria dos vários atores sociais e políticos. Na atualidade, não é possível pensar em desenvolvimento sem estabelecer tais condições. Porém, todas as instituições envolvidas teoricamente no projeto, mesmo tendo finalidades diferentes, devem se unir em prol de um único objetivo.

Quanto a operacionalização do Projeto, ela acontece por meio da assistência técnica dada pelo MMT aos agricultores cadastrados no Projeto. O técnico é contratado por esta organização. No caso de Santana do Mundaú, há um transporte (moto) para o deslocamento, pois as comunidades são distantes umas das outras e muitas delas de difícil acesso.

O acompanhamento das ações nas comunidades é feito periodicamente e o bom andamento das ações, segundo os técnicos, depende da atuação dos parceiros.

De acordo com as instituições responsáveis pelo PVRS, o principal instrumento utilizado, até o momento, são as feiras livres (figura 2) que já completaram dois anos, realizadas tanto na capital, Maceió¹⁸, quanto nos três municípios¹⁹ atendidos pelo PVRS.

¹⁷ Discurso realizado pelo Diretor de Planejamento do Sebrae/Al, Sr. Alejandro Luiz Pereira da Silva, na abertura da reunião para formação do Núcleo Gestor Estadual em Alagoas do Projeto Vida Rural Sustentável, no dia 25 de abril de 2002.

¹⁸ Em Maceió, a feira livre acontece todas as sextas-feiras, das 10h às 17h na Praça Marcílio Dias no bairro do Jaraguá. Além das comunidades oficialmente atendidas pelo PVRS, outras pessoas também participam ofertando produtos que segundo o SEBRAE estão dentro das exigências das produções agroecológicas.

¹⁹ No caso dos municípios atendidos pelo projeto (Arapiraca, Maragogi e Santana do Mundaú), as feiras acontecem aos sábados. Aproveitando a já existência das mesmas. A razão de realizar este dia está na organização já existente nas localidades. Tradicionalmente a feira acontece uma vez por semana, evento muito comum na cultura nordestina.

Assim sendo, dinamizaram-se as organizações de produtores, sediados em Arapiraca, Maragogi e Santana do Mundaú, capacitaram-se produtores para atuação nas feiras, constituiu-se, coletivamente, a marca do Produto Agroecológico de Alagoas, produziram-se barracas e fardamentos e lançaram-se as feiras livres em Arapiraca, primeiramente, Maceió e, ultimamente, em Santana do Mundaú.

O comércio em feiras livres, não deve ser entendido como uma simples tentativa de volta ao passado, mas uma estratégia que facilita e cria situações positivas para a evolução da atividade agroecológica, tais como: congrega produtores de diferentes áreas, 'forçando-os' a um exercício preliminar do associativismo; permite um contato direto com os consumidores, reforçando a conscientização quanto à preferência por produtos limpos; possibilita a comercialização de produtos esparsos, somados ao conjunto; regula o fluxo de caixa do agricultor familiar e sobretudo (sic), amplia o universo de consumidores que pelo contato direto passam a conhecer as características dos produtos agroecológicos (MOVIMENTO MINHA TERRA. Boletim Informativo: Terra Solidária. Nº. 8, Maceió: março de 2004).

Os gestores afirmam que as feiras livres, é uma forma de dar visibilidade aos resultados das ações. Um espaço que pela sua capacidade de convenção, pode ser utilizada para o fortalecimento do capital social.

Figura 2: Feira Agroecológica em Maceió.



Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Essa iniciativa, buscando a melhoria da comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, passou a dispor de uma marca própria e vem viabilizando o selo de certificação. Um aspecto positivo destacado pelos agricultores, têm sido o reconhecimento e a valorização do trabalho dos mesmos. No entanto, no aspecto financeiro ainda não houve avanço.

Entendemos que as feiras livres são instrumentos importantes, mas insuficientes para atingir os objetivos do projeto. Participar da feira requer a oferta de produtos diversificados, dinamizando a produção, condições que ainda não fazem parte do cotidiano dos agricultores de Santana do Mundaú.

3.4 O PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL (PVRS) NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ

3.4.1 Algumas Considerações sobre a História do Município

Cercado por serras, o município de Santana do Mundaú, está localizado a 97,6 km de Maceió, às margens do rio Mundaú e do riacho Mirim, com uma área de 223,615Km². Sua população é de 11.534 habitantes, desse total, 6.182 residem na área urbana e 5.352 residem na área rural (IBGE, 2000).

O acesso principal da cidade se dá pela BR – 104 e AI – 205, pertencente à Mesorregião da Zona da Mata alagoana, microrregião Serrana dos Quilombos. Limita-se ao norte com o município de São José da Laje, ao sul com Chã Preta, a leste com União dos Palmares e a oeste com os municípios pernambucanos de Correntes e Palmerina (Anuário Estatístico de Alagoas, 2004).

Por um longo período, Santana do Mundaú (figura 3) ficou isolada dos grandes centros. Sua comunicação com outros municípios, como Viçosa, Pilar, União dos Palmares e Correntes/Pernambuco, era a cavalo por meio de trilhas abertas na mata.

Inicialmente, a região ficou conhecida como “Vila Mundaú-Mirim” e, após sua emancipação política, em 1960, passou a ser chamada Santana do Mundaú. A origem do nome se deu pela existência no local do rio Mundaú e do riacho Mirim.

Em meados de 1800, já existiam pessoas que residiam no local, com algumas casas esparsas feitas de barro e cobertas de sapê e uma pequena casa de comércio. Os primeiros colonizadores das terras foram Manoel Pereira de Barros, Manoel José de Matos, Sérgio Olindino, Manoel Atanásio e Manoel Pinheiro, que passaram a cultivar a terra e, posteriormente, construíram uma capela que veio a ser chamada de Matriz Nossa Senhora Santa Ana. O primeiro proprietário das terras locais (1820-1880), possuía comenda de alferes, tendo total controle do acesso de pessoas vindas de outras regiões e da migração de escravos. A Quem desejasse ter acesso à área, lhe era exigido a apresentação de uma carta de recomendação, enviada por outros proprietários da Região. Essa realidade se modifica nos anos 1940, com a construção da estrada de acesso a União dos Palmares, hoje asfaltada e conhecida como estrada da Laranja.

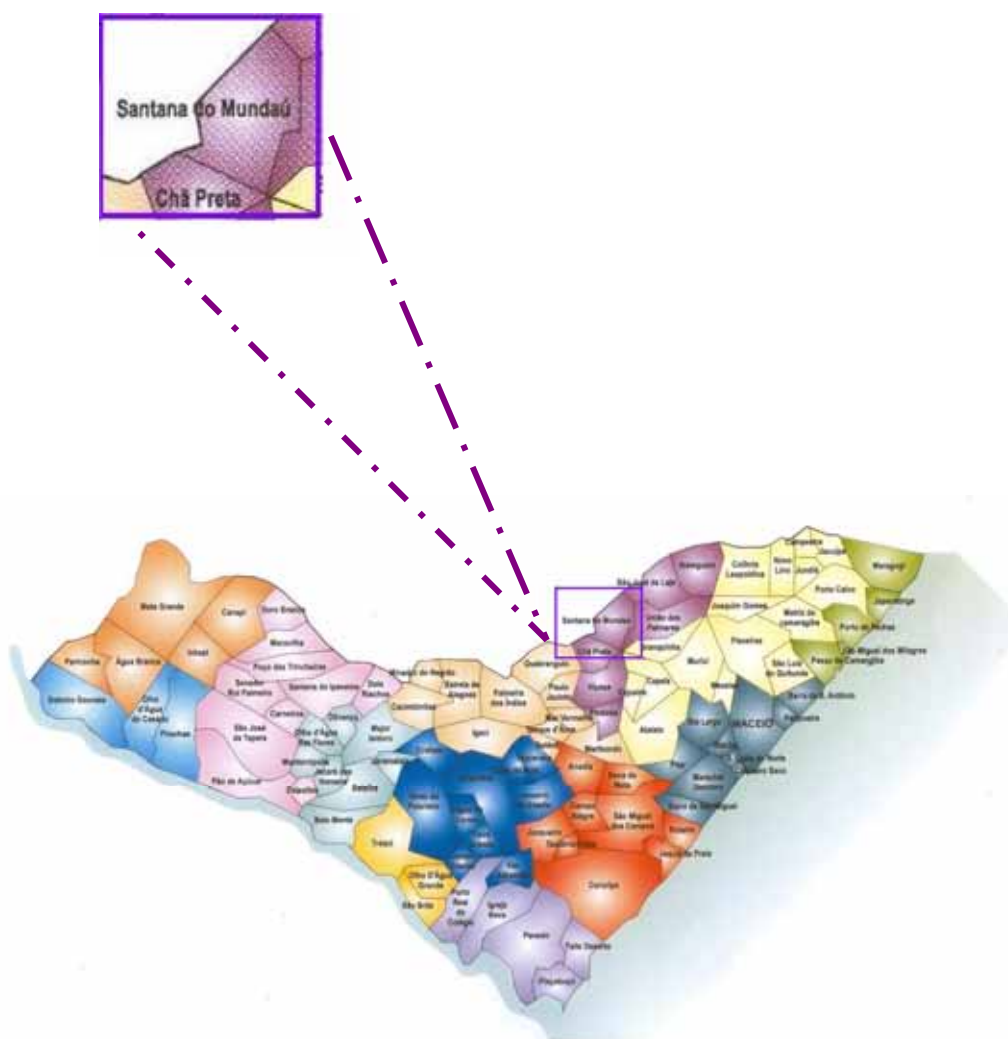


Figura 3: Mapa da Área de estudo.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Orçamento de Alagoas (SEPLAN), 2004.

Assim como a maioria dos municípios da Zona da Mata, Santana esteve tomada pela produção da monocultura canavieira, com grande concentração fundiária. No entanto, não tem como principal atividade a produção da cana-de-açúcar. Essa cultura predominou na região até metade da década de 1990, abrindo posteriormente espaço para a ampliação do cultivo comercial da laranja lima. De acordo com (Silva; Reis; Lima, 2005, p. 43) essa mudança foi possível pelas seguintes razões:

Os produtores foram estimulados a ampliar a área de cultivo da laranja por seu preço ser mais compensador do que o da cana em certos períodos e porque as bananeiras foram atacadas por um fungo que comprometia os plantios;

Como a região tem muitas serras, o escoamento da produção de cana sempre foi muito difícil, pois os carros que transportam as canas não chegam a muitos pontos do cultivo;

A estrada ligando Santana a União dos Palmares antes de ser asfaltada dificultava o escoamento da produção, tornando-o lento, principalmente no período chuvoso. Já a produção de laranja é levada por pequenos produtores até a estrada principal, através de um transporte tradicional, o burro.

Existem riachos permanentes que compõem as bacias dos rios Mirins e Mundaú, além de nascentes e córregos com bom potencial para pequena irrigação. Mas a situação não é tão simples. A área rural sofre com a dificuldade de acesso a recursos hídricos por estar localizada nas serras.

A falta de saneamento básico, é um outro problema que vem contribuindo para proliferação de doenças. É comum encontrar a canalização de esgotos domésticos direto para o rio. O próprio lixão da cidade fica a margem do rio Mundaú, na entrada da cidade.

Dados da Secretaria Executiva de Saúde (SESAU) apontam que:

Dos 102 municípios alagoanos, 70 registram casos de esquistossomose²⁰. 22 localizados nas bacias hidrográficas dos rios

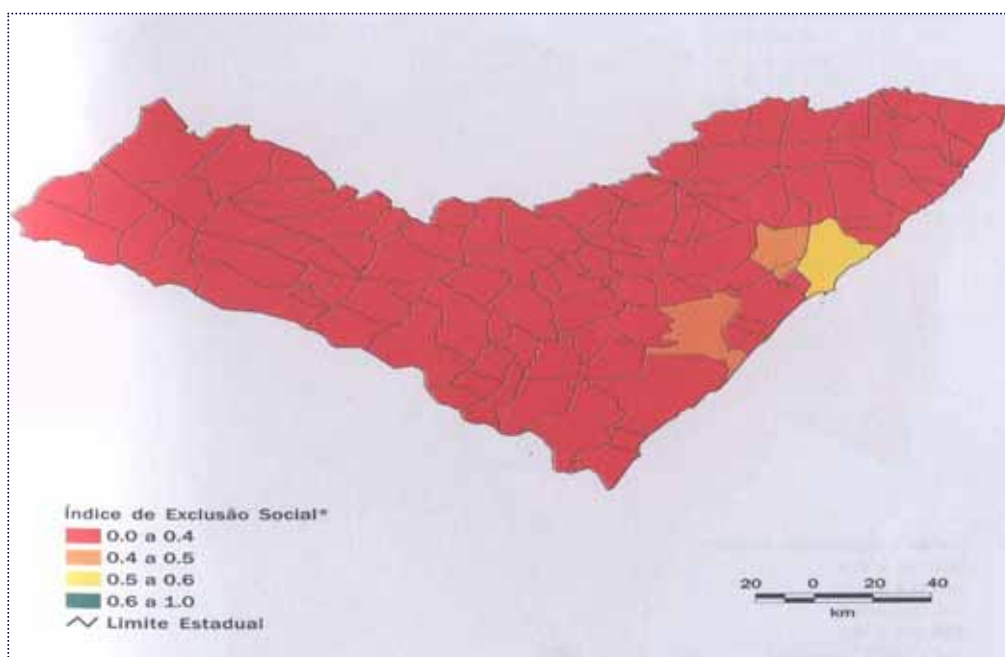
²⁰ A esquistossomose é causada pelo verme *Schistosoma mansoni* que é disseminado na natureza a partir das fezes do homem, principal hospedeiro e reservatório do parasita. Esgotadas nas águas, as fezes evoluem para larvas que se alojam nos caramujos existentes nos rios e lagos. Por algum tempo hospedadas no caramujo, as larvas se desenvolvem, são liberadas e permanecem contaminando o homem que necessita usar a água, seja para beber, pescar, lavar roupa ou mesmo para seu lazer.

Mundaú e Paraíba. Em Santana do Mundaú, onde a situação é considerada mais grave, foram realizados, nos últimos 30 dias, 2.128 exames para diagnóstico da doença, com resultado positivo para 711 pessoas, o que registra uma prevalência de 33,41 para o município. Na zona urbana esse percentual sobe para 38,30% (junho de 2005).

De acordo com o Atlas da Exclusão Social (2003), o município registra um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que está entre 0,5 a 0,8. No período de 1991 a 2000, esse índice passou respectivamente de 0,444 para 0,558, com um aumento de 25,68%.

Essas mudanças no IDH, não o retiraram do mapa de exclusão social, como mostra a figura a seguir (Figura 4). O mesmo Atlas aponta que dos 5.507 municípios brasileiros, Santana do Mundaú ocupa a 5239ª posição no ranking nacional entre os mais desiguais e pobres, e em relação ao Estado de Alagoas, dos 102 municípios está no 75º lugar.

Figura 4: Mapa de Alagoas com destaque, em vermelho, das áreas consideradas de exclusão social.



Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil (2003).

Dados do IBGE (1995), especificando a posição da produção agrícola do município, mostraram que a cana-de-açúcar era o principal produto da região com uma área ocupada de 1.717 hectares de terra, enquanto a laranja lima, entre as

nove culturas cultivadas, estava em sétimo lugar com apenas 77 hectares. No ano de 2002 essa situação se modifica, mantendo certa estabilidade na área de ocupação da cana e colocando a laranja lima como o principal produto agrícola do município, conforme tabela 1.

TABELA 1: NÍVEL DE PRODUÇÃO DE SANTANA DO MUNDAÚ: LAVOURA PERMANENTE.

ESPECIFICAÇÃO	Área destinada à colheita (ha)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (mil frutos)	Rendimento médio (frutos/ha)	Valor (mil r\$)
BANANA	178	188	2.136	12.000	250
LARANJA	2.659	2.799	23.931	9.000	21.753
MANGA	34	34	160	4.705	10

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2002.

Os responsáveis por essa produção, são os pequenos produtores. Muitos deles, cultivavam a cana, passando a dar preferência pela laranja lima a partir da sua aceitação e valorização comercial, pela adaptação ao clima e ao solo e por ser uma lavoura que dá frutos constantemente. No que se refere à área de produção, fica claro o crescimento desse produto, o problema está na falta de acesso direto ao mercado por parte dos agricultores, que se submetem a uma rede de distribuição comandada por atravessadores. Uma alternativa poderia ser a feira local (figura 5), mas a mesma possui pouca dinâmica econômica, não absorvendo a produção (não existe uma produção diversificada entre os agricultores locais, estando concentrada em todas as propriedades o cultivo da laranja lima). Os produtos encontrados são todos advindos de cidades circunvizinhas alagoanas e pernambucanas e repassados para a população local.

Outra característica importante é que apesar de Santana do Mundaú ter conquistado sua independência política-administrativa, não conseguiu estabelecer o mesmo no campo sócio-econômico. Identificamos uma dependência da rede de serviços existente na cidade vizinha, União dos Palmares.



Figura 5: Feira Livre de Santana do Mundaú.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Relevantes são as conclusões da pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)²¹, em 2004, ao dizer que Alagoas, entre os estados do Nordeste, é considerado o terceiro maior produtor de citricultura, só perdendo para Bahia e Sergipe. Destaca-se pela sua especialidade - a Laranja Lima, chegando a ser o maior produtor nessa variedade. A produção está concentrada no município de Santana do Mundaú e chega a aproximadamente 35 mil toneladas/ano.

Segundo pesquisadores desta instituição, o potencial comercial da cultura da laranja no referido município, ocorre pela existência de clima propício, da qualidade ambiental – origem orgânica do produto.

Há registros de que essa cultura (citricultura) tenha surgido em Santana do Mundaú em meados do século passado, mais precisamente em 1957. Deu-se com:

Iniciativa e introdução de mudas feitas pelo Eng^o Agr^o Camilo José da Rocha, na época Chefe da Estação Experimental de União dos Palmares. Posteriormente, diante do comportamento das plantas e da alta qualidade dos frutos, surgiram os plantios comerciais de maior porte [...] e, embora na atualidade, apresente uma série de vantagens comparativas e facilidades, os investimentos, em tecnologia na citricultura de Santana do Mundaú são limitados, resultando em baixos índices de produtividade. Inexistem no Estado viveiristas de citros credenciados e o baixo nível tecnológico refletiu-se na maioria dos laranjais que convivem com problemas nutricionais,

²¹ COELHO, Ygor da Silva. *Citricultura em Alagoas: Referência Nacional na Produção de Laranja 'Lima'*. Embrapa, julho de 2004. www.cnpmf.embrapa.br. Acesso: 15 de novembro de 2005.

fitossanitários e plantas daninhas. Frente a estes fatos negativos, admite-se que a tradicional citricultura de Santana do Mundaú encontra-se diante do desafio de modernizar-se, a fim de fugir ao risco de tornar-se economicamente insustentável, apesar da excelência dos frutos (idem).

Quando se trata da inserção do produto no mercado externo (municípios e outros estados), surge a dificuldade no uso de tecnologias mais modernas, como a utilização de máquinas, pois a terra tem superfície irregular, realidade que, concorrentes como os estados de Sergipe e Bahia, não sofrem. Sobre esta questão, veja o que dizem Silva; Reis e Lima (2005, p.49):

Em Santana, a topografia dificulta o acesso de máquinas e veículos aos estabelecimentos rurais, em termos humanos isso é positivo porque determinados trabalhos que seriam feitos por máquinas são executados por trabalhadores contratados, diminuindo o impacto do desemprego, que tem alcançado no Brasil, inclusive em Alagoas, índices muito altos. Mas essa questão analisada através da lógica de mercado não é simples, pois é difícil para os produtores de Santana do Mundaú competirem com os de outras regiões, que além de disporem também de condições climáticas favoráveis ao cultivo de laranja, dispõem de topografia favorável ao acesso de máquinas nas plantações e de veículos para o transporte da produção, como acontece nos Estados de Sergipe e de São Paulo, fatores que influem nos custos de produção e nos índices de produtividade.

Como se pode observar, a citricultura – laranja lima – compõe a principal base econômica do município e é praticada por pequenos proprietários que associam o plantio da laranja, enquanto cultura permanente, com culturas temporárias de subsistência como feijão, milho, batata, inhame e mandioca.

Embora, tenham destaque na região dois importantes produtos agrícolas, como a laranja e a cana, o quadro social do município não sofreu mudanças sociais significativas. É nesse contexto, porém, de um quadro social marcado pela exclusão social, conforme dados do PNUD e do Atlas da Exclusão Social, que o município se torna beneficiário de políticas voltadas para o que vem sendo denominado desenvolvimento local.

Para os envolvidos na proposta do PVRs, o município de Santana do Mundaú, vem sofrendo uma reviravolta com relação às organizações sociais. Recentemente, coordenado pelo SEBRAE/AL, foi implantada a proposta do DLIS, envolvendo todas as formas de organizações existentes: Associações de

Produtores, Sindicato dos Trabalhadores, Sindicato Regional dos Produtores, Poder Público, outras representações religiosas e organizações não-governamentais, as quais em conjunto originaram o Fórum DLIS, com a finalidade de elaborar uma Agenda Local de Desenvolvimento que prioriza atividades compatíveis com o PVRS.

3.4.2 Implantação do PVRS

Após o convênio de cooperação técnica entre o SEBRAE/AL e o MMT, iniciam-se as atividades de assistência agroecológica pelo PVRS para os 35 agricultores familiares cadastrados das comunidades Amoras, Brenhas e Barro Branco (anexo 2).



Figura 6: Placa na entrada de uma das comunidades sinalizando a atuação do SEBRAE no município de Santana do Mundaú, por meio do PVRS.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

De acordo com o documento elaborado pelo MMT (2002), a escolha dessas três comunidades foi resultado de vários encontros com lideranças do município, contato com o Fórum DLIS e com o Sindicato dos Produtores Rurais. Vale destacar, que esta organização já vinha atuando através do projeto ECORURAL com objetivos semelhantes aos do PVRS.

As comunidades estão situadas nas serras que cercam a cidade de Santana do Mundaú, apresentando grandes dificuldades de acesso, principalmente nas épocas de inverno, e alguns obstáculos às atividades agrícolas. Desses agricultores, 71% dependem exclusivamente da agricultura e sua atividade econômica principal é o cultivo da laranja lima (ALMEIDA, 2005).

QUADRO 5: NÚMERO DE PRODUTORES PARTICIPANTES DO PVRS EM SANTANA DO MUNDAÚ.

Comunidades	Localização (km/cidade)	Número de agricultores atendidos
AMORAS	6 KM	12
BRENNHAS	6 KM	11
BARRO BRANCO	8 KM	12
TOTAL	20 KM	35

Fonte: Movimento Minha Terra – recadastramento realizado em setembro de 2004.

O lançamento²² do projeto no município aconteceu no dia 22 de fevereiro de 2002, com a presença do SEBRAE, da Ong Movimento Minha Terra, de lideranças e representações de várias instituições municipais, da Secretária de Educação do Município, Secretário de Agricultura de União dos Palmares, Agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste para a Região do Vale do Mundaú, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Santana do Mundaú, representantes de várias comunidades rurais, participantes do Fórum de União dos Palmares, entre outras lideranças locais.

²² No momento do lançamento do PVRS, segundo relatório oficial (2002), os principais questionamentos por parte dos agricultores, foram sobre o endividamento dos pequenos produtores. Haja vista o endividamento de um grande número de agricultores com o Banco do Nordeste. O Secretário de Agricultura do Estado ressaltou que o projeto tem tudo para colher bons resultados em Alagoas. A metodologia é fruto de uma experiência exitosa em Santa Catarina e as condições ambientais, de cuja localidade o projeto vem sendo implantado, são muito favoráveis para o desenvolvimento das ações do Vida Rural, com a possibilidade de expansão para o Sertão, especialmente em Água Branca (Relatório, 2005).

3.4.3 Avaliação da ONG, Movimento Minha Terra, sobre as possibilidades de implantação do PVRS

Como assinala o Pré-Diagnóstico das três comunidades beneficiadas pelo projeto em Santana do Mundaú, realizado em 2003, vários fatores foram identificados como **restrições e ameaças** ao processo de desenvolvimento local, quais sejam:

- 1) A degradação ambiental promovida com o desmatamento associado à monocultura da laranja;
- 2) Não houve um programa de capacitação, assim como uma assistência técnica eficiente e contínua e uma extensão rural que organizasse e mobilizasse os produtores;
- 3) Baixo nível tecnológico-organizacional;
- 4) Pouco poder aquisitivo;
- 5) Alto índice de endividamento;
- 6) Baixo nível de escolaridade dos produtores rurais: Amoras – 1º grau (5,56%) 2º grau (0,00%); Brenhas – 1º grau (19,04%) e 2º grau (4,76%); Barro Branco – 1º grau (21,05%) 2º grau (5,26%);
- 7) Acesso às comunidades [...] necessitando urgente de melhorias, para permitir o acesso durante todo o ano, principalmente, durante o inverno que traz sérios prejuízos para o escoamento da safra.

O mesmo diagnóstico aponta outros fatores classificados como **potencialidades** para o desenvolvimento de atividades do agronegócio, especialmente para a produção orgânica:

- 1) Cultivo pelos agricultores, com pouco ou quase nenhum uso de produtos químicos na cultura principal – a laranja lima – que apresentam pomares velhos sem renovação o que vem decrescendo a produtividade;
- 2) O fator climático é outro fator a ser considerado para o desenvolvimento de cultura e criações adaptadas a esta situação;
- 3) Disponibilidade hídrica para consumo humano e animal e irrigação.

Ainda consta no mesmo documento, que existem várias **oportunidades** que influenciarão no processo de desenvolvimento local sustentável das três comunidades (Amoras, Barro Branco e Brenhas), descritas nos seguintes termos:

- 1) Os sistemas agroflorestais podem ser apontados como fatores que induzem às oportunidades, sem riscos nem ameaças. A implantação de sistemas agroflorestais será sem dúvida um dos meios de alavancar o desenvolvimento sustentável;
- 2) A agricultura tropical de sequeiro ou irrigada, conduzida de maneira agroecológica, arranjando um mix de frutas, mato e culturas alimentares;
- 3) O enriquecimento da flora proporcionará o cultivo de abelhas basicamente sem ferrão uma opção econômica, além de favorecer na polinização das espécies nativas e introduzidas;
- 4) [...] Possibilidade de associar a criação de pequenos animais, a exploração de culturas visando aumento da renda familiar e benefícios mútuos;
- 5) [...] Área para cultivo de hortaliças prioritariamente aos que possuem áreas propícias para irrigação;
- 6) Possibilidades de cultivar tubérculos, inhame, batata-doce, e macaxeira, cultivados de maneira agroecológica, que poderão dar um suporte alimentar e uma complementação da renda familiar;
- 7) O ecoturismo e o artesanato.

No nosso entender, essas propostas não são efetivas na prática, porque à medida que organizações como o SEBRAE, por exemplo, que tem por responsabilidade gerenciar programas de desenvolvimento local, venha a ter outros objetivos e finalidades, os quais se diferenciam dos objetivos do programa; tendo em vista sua dificuldade de implementar os projetos. Isso ocorre não porque lhe falte competência instalada, mas pelo fato de necessitar terceirizar desde a formulação do projeto até a sua execução.

Como conseqüências, surgirão problemas no modelo de organização das ações, e na própria gestão. Essa questão é importante não só do ponto de vista teórico, mas prático, tendo em vista que os resultados sociais de experiências de desenvolvimento local passam pela forma como se estruturam os projetos e como estão sendo relacionados com os objetivos institucionais.

Sabe-se que o SEBRAE é uma das organizações que mais captam dinheiro público, que geralmente é empregado na finalidade meio. Como se pode observar, em se tratando do orçamento do PVRS de Santana do Mundaú, todo o recurso é aplicado tão somente na disseminação das idéias e monitoramento do Projeto (anexo 1).

3.5 ALGUNS ASPECTOS DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES

A pesquisa de campo foi realizada com todos os agricultores cadastrados (anexo 2), no Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS), no município de Santana do Mundaú, totalizando 35 famílias: Amoras (12), Barro Branco (12) e Brenhas (11).

A maioria dos agricultores são do sexo masculino, com faixa etária entre 25 e 45 anos, apenas três têm idade entre 18 e 24 anos e 6 estão acima de 56 anos.

Conforme dados do IBGE (2000), a região estudada possui baixo nível de escolaridade (quadro 5), o que confere plenamente com os dados levantados na pesquisa. No conjunto dos agricultores atendidos pelo PVRS, 12 são analfabetos e 21 são alfabetizados, somente duas pessoas têm o segundo grau incompleto.

QUADRO 5: PESSOAS QUE FREQUENTAM A ESCOLA, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO MUNICÍPIO.

Total	3.639
Pré-escolar ou classe de alfabetização	505
Alfabetização de adultos	86
Fundamental	2755
Médio	266
Pré-vestibular	11
Superior de graduação	18

Fonte: Indicadores Sociais Municipais/IBGE, 2000.

Essa realidade dificulta o desenvolvimento das habilidades dos indivíduos, não as reduzindo aos interesses do mercado, mas aquelas capazes de formar cidadãos críticos e sujeitos no processo de mudança social.

Observamos que todos os entrevistados não possuem histórico familiar de mais de dez anos de estudo. Argumentam não ter estudado mais por precisar trabalhar; ajudar os pais no campo ou ter que viajar para outras regiões em busca de emprego.

3.5.1 Produção e Renda dos Agricultores

Por ser uma região de formação antiga, a maioria dos agricultores nasceu no lugar em que vive, tem pouca terra para trabalhar e quase 50% trabalha em área de apenas dois hectares (quadro 6). Dos 35 entrevistados, 30 são donos da terra em que trabalham e 5 agricultores trabalham em terra arrendada.

QUADRO 6: NÚMERO DE AGRICULTORES POR EXTENSÃO DA TERRA EM HECTARES

Número de Agricultores	Área em HA
15 Agricultores	Têm entre 1,5 e 2,0 hectares
06 Agricultores	Têm entre 3,0 e 5,0 hectares
07 Agricultores	Têm entre 7,0 e 13 hectares
04 Agricultores	Têm entre 20 e 22 hectares
01 Agricultor	Têm 58 hectares

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

As três comunidades são formadas por pequenos agricultores familiares, que sobrevivem exclusivamente da produção de laranja lima para comercialização. A banana é o segundo cultivo mais comercializado. Produtos como limão, mandioca, batata, inhame, feijão, são voltados para a subsistência.

A renda familiar de 94% dos agricultores está na faixa de até um salário mínimo, com base em seus depoimentos. Os programas sociais governamentais como: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Fome Zero e Vale Gás, que atendem 23 famílias do PVRS, representam, de acordo com os pesquisados, uma forma de complementação da renda. Os aposentados são apenas três e permanecem desenvolvendo suas atividades no campo.

Segundo os entrevistados, a situação financeira se agrava quando a safra da laranja é grande e acaba barateando o produto. O valor do milheiro passa 40,00 reais, para até 10,00 reais. Nesse caso, a alternativa é complementar a renda com atividades de corte de cana, o chamado “bico” em propriedades rurais, ou viajar para outros estados vizinhos do Sul do país em busca de emprego, ainda que temporário.

Assim se manifesta um agricultor²³:

Eu trabalho demais; a minha vida é essa, vivo cansado, não tenho mais força para avançar. Eu saí dessa associação de projeto, mas pago. Falam ai na criação de abelha, mas isso não dá. Eu não vejo benefício. Zezinho vai ao banco a gente pega o dinheiro, mas não dá para pagar. Eu plantei mil pé de laranja, mas estão toda morrendo (falta de água para irrigar). Eu saí do projeto porque não dá, não posso fazer pomar de verdura como eles querem. Escuto a conversa que eles dizem. Eu planto milho, feijão, arroz, inhame só para o consumo de casa o que eu vendo é a laranja. O preço da laranja é 20 contos aqui, eu nunca fui na feira de Maceió porque não tinha o que levar. Eles me contaram que levavam 500 laranjas e voltava a metade, um saco de inhame e voltava pela metade, eu disse não mando não! Eles não têm recursos para ter trabalho de produzir mercadoria, falta outro produto, eles têm o projeto, mas está só no papel.

Um outro complementa:

A situação aqui é muito difícil: a gente vai sustentando porque é o jeito. Porque precisa, mas o dinheiro que tira quando vende ao atravessador é muito pouco. Dá pra ir sobrevivendo, mas dizer que sobra dinheiro não sobra não. Dá dinheiro pro atravessador e pra os grandes mercados, que já vende pro cliente, mas pra gente não. A gente só faz isso porque é o jeito.

Refletindo sobre essa realidade e as expectativas com relação ao PVRS, um agricultor diz o seguinte:

A gente fica esperando que com esse projeto as coisas mudem. Esse projeto diz que o mercado vai se dividir entre o convencional e o agroecológico. Passaram até uma fita de vídeo sobre produtos agroecológicos e a gente espera que mude.

A pesquisa mostrou que há um grande número de agricultores inadimplentes com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), o que dificulta a ampliação e o melhoramento da produção local. Do universo dos 35 agricultores, 25 já fizeram empréstimos no Banco do Nordeste, e destes 19 não conseguiram pagar a dívida. Identificamos que no decorrer desse processo alguns problemas podem ser

²³ Todas as "falas" dos entrevistados, mencionadas nesta pesquisa, foram transcritas na íntegra, isto é, não passaram por nenhuma revisão ortográfica.

identificados, tais como: falta de assistência técnica, uso de semente imprópria para o cultivo, falta de manejo adequado do solo, indispensáveis para o plantio de culturas que não são perenes, como é o caso do inhame (ver figura 7). Como consequência, o agricultor tem o prejuízo do recurso empregado. E se não tem o retorno financeiro esperado, não consegue pagar o empréstimo realizado.

Atualmente, pelo alto índice de agricultores inadimplentes, uma das estratégias é o envolvimento das mulheres (esposas) nos projetos, para que possam ter acesso a recursos. No entanto, essa alternativa não representa solução para o problema, pois a falta de instrução quanto ao emprego dos recursos, assim como a falta de orientação técnica, podem gerar maiores dificuldades.



Figura 7: Vista de um campo de cultivo de inhame mostrando falhas na germinação das sementes.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na pesquisa de campo vimos que a expectativa dos agricultores é que o PVRS melhore a produção e a qualidade de vida. Entretanto, após três anos de implantação do projeto, verificou-se que não houve alteração. 22 agricultores produziam só laranja lima, e continuam; 11 plantam laranja e banana. Dois produziam banana e cana-de-açúcar; 33 agricultores continuam produzindo as mesmas culturas. Os dois últimos grupos foram os únicos que alteraram sua produção incluindo a laranja.

Com relação a comercialização e a renda, as entrevistas revelaram que também não houveram alteração significativa no conjunto dos agricultores. Em geral, continuam negociando seus produtos com os atravessadores.

Embora tenha um Núcleo gestor composto por várias entidades, parece não haver sua atuação. Observamos na pesquisa de campo que, com exceção das entidades SEBRAE e MMT, apenas a prefeitura apóia contribuindo com cinquenta reais para a despesa com o transporte para Maceió nos dias da feira. Ao tempo em que o projeto aponta para a necessidade de formação de um arranjo institucional forte e articulado.

Além do técnico que acompanha as atividades, existe ainda um monitor (adolescente que esteja freqüentando a escola) indicado pela comunidade, cuja responsabilidade é de mobilizar os agricultores para participar das atividades do projeto. Por este trabalho recebem 22% do salário mínimo, como se pôde perceber sempre com atraso.

3.5.2 Forma de Comercialização dos Produtos Agrícolas

O Projeto Vida Rural Sustentável é considerado pelo SEBRAE como uma das suas vitrines, exposto através da Feira Agroecológica. Considerando a importância da mesma, exige-se que os agricultores atendam principalmente à demanda do mercado de hortaliça orgânica.

Mas a realidade dos agricultores atendidos pelo PVRS em Santana do Mundaú, não contribui para a diversificação da produção. Alguns até se esforçam para atender as exigências cultivando hortaliças (ver figura 8), porém o nível de produção não atende a demanda da feira, servindo apenas para sua subsistência. Assim, reclama um agricultor: *“O que a gente planta é só laranja e a gente vai plantar tomate, batatinha numa ladeira. Como é que pode?”*.

O problema é que a irregularidade do solo e a dificuldade de acesso a recursos hídricos (figura 9), fundamentais para que isso aconteça, permanecem sendo grandes entraves para os agricultores. Para irrigar as propriedades (figura 10) os agricultores necessitam de investimento na canalização (tubos e bombas) para puxar a água até as suas terras que estão instaladas nas serras. Mas, essa medida

não tem dado certo, pela falta de condições de pagamento das contas de energia elétrica gerada pelo uso das bombas.

Reclama o agricultor:

Disseram que vai melhorar o acesso ao mercado, só que eles têm que ver que nós é diferente dos agricultores de Arapiraca. Lá a terra é plana e tem muita água e ela chega fácil na plantação, por isso eles conseguem plantar muita coisa diferente. A gente aqui é diferente, a terra como você vê é difícil e o que mais plantamos é a laranja, o agricultor aqui tá acostumado a plantar isso, é o que mais tem e é mais fácil de dá.



Figura 8: Cultivo de hortaliças.
Fonte: Arquivo próprio, 2005.



Figura 9: Irregularidade do solo. Cultivo da Laranja Lima.
Fonte: Arquivo próprio, 2005.

Uma outra questão, é que a feira agroecológica não comporta a produção de laranja lima, já que esse é basicamente o único produto a ser ofertado. A própria proposta do PVRS parece não se adaptar à cultura dos agricultores. Pelo seu potencial (a especialidade e o produto orgânico) tem condições de competir com o mercado externo (outros municípios e estados), como a própria EMBRAPA

reconhece. Mesmo assim, dar a entender que não tem sido o suficiente até o momento para fazer modificar qualitativamente a realidade.



Figura 10: Reservatório de água utilizado para irrigação do cultivo de hortaliça.
Fonte: arquivo próprio, 2005.

Destacou-se também entre todos os agricultores, o problema de transporte para envio dos produtos para a feira de Maceió, ou até mesmo para outras feiras de municípios vizinhos. A prefeitura contribui com um valor de R\$ 50,00 semanalmente para custear despesas com o transporte de R\$ 170,00. Deste valor, os R\$ 120,00 restante é para ser dividido entre os agricultores que mandam a mercadoria. O Resultado era que no final da venda, muitos deles tinham prejuízo porque chegavam a ter um lucro pequeno, ficando a maior parte do dinheiro da venda para o frete.

Ao perguntar sobre o apoio das instituições, o agricultor diz:

Eles manda técnico, falam na reunião. Mas o importante é a participação da prefeitura, porque se a prefeitura não colaborasse com o frete, e se [...] não baixasse [preço], nós não podia ir para feira, os produtos são pouco, muito pouquinho! É tantas coisas que eles falam que a gente não entende, a gente não tem conhecimento [esse pessoal já veio umas seis vezes, passaram até vídeo]. Veio gente até de Brasília.

Atualmente, apenas 5 dos 35 agricultores dizem participar efetivamente da feira agroecológica em Maceió, não chegando a 15%. Os outros não mandam produtos porque dizem ter prejuízo. Dizem que,

[a variedade de produtos] “é que sai na feira, o que a gente tem é laranja e isso todo mundo tem, então o cliente não quer. A gente manda a mercadoria e volta quase tudo e o frete come todo dinheiro. Então, é melhor vender para o atravessador”.

Sobre a feira, assim se manifestou o agricultor:

Eu fui na terceira feira de Maceió [feira agroecológica] apuramos somente duzentos reais, foi o preço do frete. Dessa forma não dá! O projeto diz que é para melhorar os recursos, é para melhorar, mas já faz três anos e a vida não melhorou, o povo que vem conversa bonito, mas nada, eles diz que pode melhorar, até a gente pode exportar, eles já mostravam vídeo a gente, agente fica esperando, mas é difícil.

É notável a preocupação e a falta de perspectiva de alguns agricultores ao serem abordados. Participar de cursos em outras áreas ou migrar para outras regiões, chega a ser uma alternativa. Veja o que revela um dos agricultores:

Estou fazendo um curso em Maceió para ser vigilante, isso aqui não dá! A feira não dá para sobreviver (agroecológica)! A gente vem para feira, mas não temos lucro, o transporte custa 170, a prefeitura paga 50. O SEBRAE cobra diversidade da produção, mas não dá, falta água, a produção é pouca.

O sentimento dos agricultores é de que é importante e indispensável a participação das instituições no apoio às ações. Fica evidente que os cinquenta reais cedidos pela prefeitura local, ainda que não seja o bastante, tem sido importante na garantia da presença dos mesmos na feira em Maceió. Mas mesmo com o esforço dos agricultores em procurar baixar o custo do frete, muitas vezes fica impossível. O volume de vendas além de ser baixo, não oferece um retorno satisfatório. Revelam que é mais vantajoso negociar com os atravessadores, ainda que em condições de exploração.

Um exemplo claro dessa situação foi a experiência de um dos agricultores, relatada na fala abaixo:

Mandei uma vez para feira (feira agroecológica) 250 laranja Bahia e 250 laranja tangerina. Vendia em qualquer lugar por 50,00 reais. Venderam

na feira por 40,00 reais e recebi só 13,00 reais, o restante foi para o frete. Eu não quero saber dessa feira de jeito nenhum!

Mais da metade dos agricultores revelou não estar satisfeito com o projeto. Para os mais otimistas, aqueles que ainda continuam freqüentando a feira e participando de viagens e cursos, compreendem que a mudança na vida deles viria com o tempo, o que não afasta a preocupação com o rumo do projeto, já que as ações ainda estão centradas apenas no atendimento das demandas da feira.

Verificamos ainda, que há uma insatisfação quanto a atenção que é dada aos agricultores. Segundo eles, as informações e as oportunidades estão sendo direcionadas de maneira que alguns poucos agricultores do grupo de 35, vem sendo “privilegiados”. É natural que aqueles agricultores mais atuantes acompanhem o projeto com mais entusiasmo. Seria necessário procurar envolver todos no processo, realizar as visitas periódicas em todas as propriedades, entre outras atividades, o que evita qualquer possibilidade de geração de conflitos. Afim de solucionar qualquer dificuldade nesse sentido, faz-se necessário o entendimento de todo o grupo e de um planejamento participativo que aponte com detalhes a forma de operacionalização das ações, discutindo com eles as dificuldades e as alternativas. Questões que de acordo com os pesquisados, precisariam ser repensadas pelo projeto. Isso implicaria no repensar da metodologia do projeto.

Eles querem que a gente produza, se perguntar o que esse projeto fez, não sei. Só vejo falar no projeto, mas não sei do que trata, só sei por causa do técnico, o técnico diz que é importante porque a gente tem o produto sem veneno. Eu espero que venha a ter futuro para frente, vão fazer reunião sempre.

Veja que ao perguntar sobre a não participação nas atividades da associação, um agricultor responde o seguinte: “cheguei a desistir do projeto porque ninguém se comunica e a discussão fica só pra uma pessoa, que vai como representante. E os outros agricultores?”.

Pela falta de estrutura de transporte para escoar a mercadoria e de acesso direto ao mercado externo, os agricultores são obrigados a negociar sua produção por um preço abaixo do mercado junto aos atravessadores. Segundo eles, é mais

vantajoso trabalhar nessas condições que mandar para a feira do SEBRAE, pois o lucro mesmo que pouco chega a ser quase três vezes superior. Daí a prática mais comum entre todos os entrevistados ser a venda da laranja e um número reduzido daqueles que ofertam a banana, para os atravessadores. Ou, com muito esforço, tentar participar das feiras livres de municípios vizinhos.

Os agricultores afirmam que a relação comercial que se estabelece nas comunidades envolve uma cadeia que vai do agricultor, passa pelo atravessador, o distribuidor, até o consumidor. Para eles é garantido apenas manutenção da sobrevivência.

Sobre essa questão, um dos agricultores diz:

Olhe, a situação aqui é muito difícil: a gente vai sustentando porque é o jeito. Porque precisa, mas o dinheiro que tira quando vende ao atravessador é muito pouco. Dá pra ir sobrevivendo, mas dizer que sobra dinheiro não sobra não. Dá dinheiro pro atravessador e pra os grandes mercados, que já vende pro cliente, mas pra gente não. A gente só faz isso porque é o jeito.

Ao entrar nas comunidades, é comum encontrarmos caminhões parados a espera das mercadorias (laranja). Segundo os agricultores, existem atravessadores da própria comunidade, inclusive beneficiados pelo PVRS, mas a presença de caminhões é sinal de atravessadores externos. São cidades como Maceió (Mercado da Produção), Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, que absorvem os produtos. Esses agricultores que intermedeiam a venda entre produtor e atravessador são conhecidos localmente como “corretores”.

A situação, porém, até o momento não foi modificada. Alguns agricultores participam de associações de diferentes comunidades. A idéia é se inserir em projetos que venham trazer benefícios. Essa prática, que não é recente, estreita a visão destes sobre cooperativismo e associativismo.

Um dos graves problemas em comunidades pobres do Nordeste, em especial as alagoanas, são as práticas que favorecem o clientelismo, o assistencialismo e o paternalismo. Em Santana do Mundaú, segundo depoimentos dos próprios agricultores, as experiências em formação de organizações associativas sempre tiveram associadas a interesses políticos e individuais, interferindo nas formulações de propostas e nas decisões para as comunidades. Chegando inclusive a ter

vereador como presidente ou como um membro ocupando cargos estratégicos. Não por acaso, hoje, não existe uma entidade que venha a ser considerada atuante e que esteja em pleno exercício. Até a Associação dos Produtores de Laranja Lima, não consegue dinamizar a economia local e melhorar a qualidade de vida da população.

Recentemente, as instituições responsáveis pelo PVRS, criaram junto aos agricultores uma outra associação local denominada ECOVALE. Sem querer negar a importância desta, o que não ficou claro foi a opção em construir mais uma, ao invés de buscar fortalecer as já existentes, pois isso pode representar a mudança de alguns atores, mas o cenário, as bases, permanecerão as mesmas. A ECOVALE pode não significar transformações sociais, e sim efeitos sociais isolados. Portanto, o que se faz necessário é uma mudança de mentalidade.

Por outro lado, o baixo nível de escolaridade, conforme mostramos nos dados acima, é um entrave para os agricultores. Um problema vivenciado por um longo período por eles e que continua gerando a *falta de confiança* e o *medo* em participar de associações e cooperativas. Esses desagradáveis sentimentos, não se configuram apenas pelo não entendimento do que seja de fato o associativismo, mas também pelo motivo das associações terem sido criadas com a finalidade de barganhar recursos. Recursos estes, que eram adquiridos em nome do coletivo, porém ao assinar documentos sem o conhecimento do verdadeiro teor e com a promessa de ser beneficiado, descobrem depois que têm em seu nome dívidas bancárias.

Vejamos o que diz um dos agricultores sobre esse assunto:

Aqui quase todas as associações têm esse costume, bota o povo pra tirar dinheiro e fica por isso mesmo. É por isso que eu não quero entrar mais em associação e mesmo assim só se for individual para pegar empréstimo, se me explicarem bem direitinho. Fui avalista do meu cunhado, de uma outra pessoa e não sabia como era que isso funcionava. Meu nome está no SPC, só descobri através de outra pessoa. Eu entrei numa fria. Fui resolver no banco com o gerente e ele atendeu mal. Disse que tinha que pagar e eu falei: oi doutor, eu entrei na maior fria porque eu entrei numa coisa que me explicaram e foi outra. Porque eu não tive assistência técnica nenhuma e foi descontado aqui. Ai o gerente disse: aqui não! Pronto! Continuo com o nome sujo e sem a assistência técnica que descontaram, se ninguém veio na minha casa.

É natural que os agricultores esperem resultados imediatos diante das dificuldades por que passam. E que o projeto, pelo que propõe – diminuir a exclusão social e as desigualdades sociais e de renda – precise de um período mais longo para apresentar resultados concretos. As ações devem ser permanentes e irá depender ainda dos resultados de determinados experimentos. Mas os agricultores apontam que há uma preocupação maior em atender primeiro as necessidades institucionais, sendo as necessidades deles renegada ao segundo plano. Se a feira é um instrumento que dá visibilidade as ações do PVRS, projeto de responsabilidade do SEBRAE, a cobrança junto aos agricultores para produção diversificada chega a ser incoerente com o que o projeto defende.

O PVRS após ter passado por diversos passos indicados na proposta original, lembrando que alguns desses são permanentes, como sendo necessários para o desenvolvimento humano e social sustentável, a saber: capacitação, motivação, aprendizado, produção agroecológica, agroindustrialização, estudo de mercado, marketing e comercialização, agroturismo, comunicação e cultura, implantação do sistema de gestão e certificação de qualidade, existem entraves com relação a gestão coletiva e o desenvolvimento do capital social e do capital humano nas comunidades que não foram superados, o que inviabiliza a proposta como um todo.

Como assinala D'Araújo (2003, p.19), capital social é compreendido pela “confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. Diferentemente de outros capitais, este permite o exercício da cooperação, a organização da sociedade num processo de ajuda mútua e valorização do bem público.

Nessa direção, várias possibilidades de cooperação horizontal se fazem atuantes como as associações, os clubes, as cooperativas, os sindicatos, entre outros. O aumento de capital social, incluindo aí o empreendedorismo social, significa elevar o poder das populações, gerando, portanto, o desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que ora finalizamos, serviu para refletir sobre questões que estão implícitas na teoria de desenvolvimento local, a qual propõe através da implementação de experiências práticas possibilidades de enfrentamento da pobreza.

O interesse em compreender em que medida as experiências “vivenciadas” de desenvolvimento local contribuem para modificar realidades sociais de comunidades situadas em regiões periféricas do Nordeste, surgiu de observações quanto a rápida difusão e aceitação das idéias e das propostas de intervenções por parte de diversas instituições dos diferentes setores. Além das discussões que vem sendo realizadas por intelectuais, pela tecnocracia governamental e por Organizações Não Governamentais (ONGs), sejam elas nacionais ou internacionais.

Ao lado dos vários questionamentos quanto a efetividade desse modelo, as ações foram sendo implementadas, muitas vezes sem considerar as dificuldades do ponto de vista teórico pertinentes ao conceito de desenvolvimento local.

De um lado, encontramos populações vivendo em péssimas condições e sem perspectivas de mudanças, de outro um número cada vez maior de organizações que se dizem estar preocupadas com um desenvolvimento, associando o econômico a qualidade de vida da população.

Passa-se a questionar a idéia de desenvolvimento, especialmente a partir da década de 90, com o argumento de que esse modelo não conseguiu contribuir significativamente para o desenvolvimento de economias nacionais. A partir daí, vários conceitos como desenvolvimento endógeno, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento integrado, desenvolvimento local, foram formulados no plano teórico e político.

No caso do modelo de Desenvolvimento Local, foco do nosso trabalho, tornou-se programa de governo, políticas de ONGs, de empresas privadas e de instituições como o SEBRAE, a própria extinta SUDENE, o Banco do Nordeste, que vem orientar suas ações dentro dessa nova lógica.

Os princípios orientadores desse modelo, sob recomendação de organismos internacionais, tais como: Banco Mundial, CEPAL, BIRD, FMI, direcionam o conjunto de políticas e programas destinados para a América Latina, em particular o Brasil, representadas pela focalização, descentralização, parceria e a privatização de programas e serviços sociais.

Vimos no decorrer do trabalho, que a lógica central é da subordinação das políticas sociais as leis do mercado. Ao Estado cabe agora dedicar-se as políticas macroeconômicas, contrariando todo um esforço que favoreceu o surgimento da democracia e da construção de estruturas governamentais democráticas entre os anos 80 e 90 no Brasil. Trata-se de um movimento de elaboração de políticas neoliberais a partir da década de 90, que ao procurar estabelecer a atuação minimalista do Estado, favorece o surgimento de um Terceiro Setor.

Um outro aspecto que nos chamou a atenção é com relação ao discurso, parecendo haver um consenso de que a saída para as economias nacionais e para milhares de pessoas que vivem na pobreza está nesse modelo de desenvolvimento.

Ainda que sejam variados os significados que agregam a idéia de desenvolvimento: integrado, sustentável, endógeno, local, entre outros, os quais favorecem os interesses de organismos nacionais e internacionais, percebemos que há por parte desses organismos um esforço teórico de dar conta de questões econômicas, sociais e ambientais. No Brasil, o documento referência que norteia as propostas de desenvolvimento local é a Agenda 21.

Essa lógica de reflexão sobre Desenvolvimento Local, orientou inicialmente o levantamento de algumas experiências que vinham sendo desenvolvidas no país, vendo a relação destas com a dinâmica existente no estado de Alagoas, bem como as instituições responsáveis por elas. Deste levantamento, foi possível uma visão geral do quadro que configurava essa “nova” forma de desenvolvimento em Alagoas. De posse dessa realidade restava saber quais as repercussões sociais provocadas pelas ações de experiências ditas de desenvolvimento local.

No que se refere as produções teóricas, identificamos um número significativo de obras disponíveis em forma de livros, artigos científicos, relatórios. No entanto, nosso entendimento era de que para conhecer essa lógica seria preciso verificar na prática quais os resultados e em que medida atinge os objetivos e as metas.

Nosso propósito foi sistematizar a realidade socioeconômica, de produção e de comercialização dos agricultores familiares do município de Santana do Mundaú/Alagoas, especialmente das comunidades Amoras, Barro Branco e Brenhas, beneficiados pelo Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS), uma experiência de desenvolvimento local, implementada em Alagoas no ano de 2002. Procuramos identificar as repercussões sociais desse projeto nos três anos de atuação.

O PVRS, desenvolvido pelo SEBRAE, chamou-nos atenção por ser uma proposta considerada inovadora e que pelos efeitos positivos gerados em Santa Catarina, local de origem da experiência, sendo a seguir implementado em outras localidades de Minas Gerais e Alagoas. O que confirma a idéia de Sachs (2002, p?) quando diz que uma experiência de sucesso pode ser disseminada para outras localidades.

Vale lembrar, que esta instituição desde o final da década de 90, vem desenvolvendo ações de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, o chamado DLIS, em parceria com o Governo Federal, em diversos municípios brasileiros com baixos índices de desenvolvimento humano. Experiência esta que veio a oficializar a política de desenvolvimento local no país. No estado de Alagoas, sua atuação se dá também em parceria com a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), além de outras instituições. E no ano de 2000 formulou e desenvolveu o Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS).

Assim, procuramos apresentar nessas considerações finais, através do levantamento realizado no decorrer da pesquisa, alguns pontos que nos façam conhecer melhor as propostas ditas de desenvolvimento local e em que medida elas conseguem atingir seus objetivos.

As primeiras observações do nosso trabalho se deram com relação as questões conceituais. No plano ideológico o projeto dar conta das dimensões e características do modelo de desenvolvimento local, como está descrito no terceiro capítulo do nosso trabalho.

Como se pode observar, o PVRS, objeto de estudo, enquanto modelo de desenvolvimento local, apresenta algumas dificuldades na sua implementação, que no nosso entender são intrínsecas à sua formulação conceitual e de gestão.

As interações sociais, habilidades e conhecimento dos agricultores estudados não respondem aos conceitos de capital social e humano, elementos que de acordo com a teoria, são básicos para o desenvolvimento local.

Como o desenvolvimento local depende do conhecimento e das habilidades dos indivíduos, tendo em vista de que esse modelo está destinado às populações com menores índices de desenvolvimento humano, é evidente que os níveis de escolaridade são muito baixo, ou baixo capital humano, como se refere a literatura. Geralmente esses grupos beneficiados por ações de desenvolvimento local não tem, em média, mais de dois anos de escolaridade; o que dificulta a recepção de novas técnicas, novos conhecimentos e o desenvolvimento de novas habilidades. Questões que foram comprovadas na pesquisa de campo.

Santana do Mundaú apresenta baixos índices de desenvolvimento humano e de condições de vida como os dados oficiais demonstraram. Isso nos remete a situação dos agricultores familiares atendidos pelo PVRS, que tem 12 analfabetos, 21 alfabetizados e apenas 2 pessoas com o segundo grau incompleto.

Essa realidade passa a ser um entrave no desenvolvimento das ações do projeto, as quais são: cursos de capacitação, atendimento ao público, participação em eventos locais e nacionais, participação em feiras tecnológicas, oficinas, entre outras. Percebemos, por exemplo, que em muitas ocasiões o grupo acaba indicando aqueles agricultores com mais desenvoltura para representá-lo nos eventos. O problema é que apenas poucas pessoas são beneficiadas, quando a orientação sugere que o envolvimento seja coletivo.

O desenvolvimento local pressupõe a existência de capital social. No entanto, essa capacidade além de estar interligada ao capital humano é fruto de um exercício cívico no cotidiano. Quanto mais se pratica, maior o desenvolvimento social. Nesse ambiente encontra-se a reciprocidade, a confiança, a capacidade de organização social.

A participação nos programas considerados de desenvolvimento local, exige organização da comunidade, pressupõem a filiação dos indivíduos em uma associação ou uma cooperativa, onde os empréstimos são feitos para financiar a produção em nome das associações de produtores. No caso do PVRS em Santana do Mundaú foi criada uma associação denominada ECOVALE, que facilitaria a

melhoria das condições de trabalho e de vida dos produtores. Vale dizer, que antes da sua criação já havia uma cooperativa dos produtores de laranja lima de Santana do Mundaú, instituição que mesmo enfrentando alguns problemas gerenciais segundo os agricultores, ainda está em funcionamento. Contam ainda com o Sindicato dos agricultores do município. O que demonstra que ao invés de reorganizar os produtores dentro de uma rede de instituição já existente, formou-se uma nova associação. Isso contraria os princípios do novo paradigma de desenvolvimento, que orienta como agir caso haja uma sinergia entre as várias instituições e atores locais, com vistas ao desenvolvimento local.

Esse segmento enfrenta dificuldade de trabalhar em associação com outros membros de outras unidades. Suas relações de solidariedade se manifestam particularmente em rituais religiosos, em momento de alegria e de dor, em atos culturais, não sendo praticada a ação associativa no desenvolvimento efetivo das atividades produtivas. No nosso entender essa exigência dificulta a implementação das denominadas ações de desenvolvimento local.

Assim, a questão da organização, pressuposto para o desenvolvimento, é tênue e não representa mudanças no padrão produtivo, nem tampouco, na comercialização da produção.

É notório que os interesses e propostas trazidas para as comunidades estudadas, contraditam com os interesses do grupo social beneficiário. A região é a maior produtora de laranja lima do estado, e nessa espécie a maior do Nordeste. Dessa atividade vivem 94% dos agricultores, inclusive a região foi considerada pela EMBRAPA com potencial para exportação do produto. No entanto, o PVRS não se propõe a incentivar essa cultura, ao contrário, busca desenvolver a diversificação dos produtos (produção hortaliças e outros), que são demandados pelas feiras agroecológicas, hoje, considerada pelas instituições como a principal ação do Projeto.

Os agricultores têm pouca terra capaz de assegurar sua reprodução social. Sua renda depende da produção da laranja e não foi alterada com a chegada do PVRS nas três comunidades beneficiadas de Santana de Mundaú.

Para se capitalizar, os agricultores têm que ir ao mercado financeiro, o que dentro dessa nova lógica de desenvolvimento local e, por conseguinte, no Projeto, se daria através de um processo de organização dos produtores, o que facilita o acesso aos recursos necessários para compra de insumos. No entanto, como a

principal atividade produtiva é a laranja lima e os agricultores não têm acesso a mercados maiores, a venda do produto se limita aos atravessadores e muito pouco as feiras agroecológicas, por esta não comportar. Dada essas condições, a capacidade de pagamento de financiamentos bancários é muito pequena. 50% destes agricultores já “deviam ao banco” antes da implementação do projeto. E o PVRS não apresenta nenhuma perspectiva neste sentido. A filosofia da proposta do Desenvolvimento Local pressupõe que esteja disponível na comunidade o que é comumente denominado de capital social e capital humano, sem entrar no mérito do capital financeiro. Os Recursos do projeto se referem apenas as ações de assessoria que a ONG MMT presta aos agricultores vinculados ao projeto (anexo 1).

Tomando como referência a experiência de desenvolvimento local do PVRS no município de Santana de Mundaú, impulsionada pelo denominado terceiro setor (SEBRAE e ONG Movimento Minha Terra), enquanto política pública está muito distante de responder aos objetivos propostos (ao nível do discurso) que é mudar as condições sociais de comunidades mais pobres do país.

No nosso entender, surge uma nova burocracia gestora de ações públicas, voltada para as populações pobres dos municípios brasileiros. Organizações com objetivos e finalidades diversas se articulam para construir e disseminar projetos com base no desenvolvimento local.

O SEBRAE e organizações não governamentais, coordenam essas políticas e ações de desenvolvimento local, no Nordeste, e em especial no Estado de Alagoas. Analisar essas experiências é de nossa responsabilidade, haja vista que é urgente a avaliação das políticas públicas no sentido de encontrar caminhos que efetivamente vá ao encontro dos anseios de mudanças das condições sociais e econômicas das populações pobres ou que vivem em regiões periféricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 BRASILEIRA: METODOLOGIA E ROTEIRO DE TRABALHO. Brasília: MMA, março de 1998.

ALBAGLI, Sarita. **Globalização e espacialidade**: o novo papel do local. Coletânea "Globalização & Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul". Brasília: IBICIT/MCT, 1999.

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza**. Fortaleza: Banco do Nordeste – BNB, 1998. 10p.

ALMEIDA, Thercio Vieira. **Os produtores rurais participantes do Programa Vida Rural Sustentável (PVRS) nas comunidades de Amoras, Brenhas e Barro Branco, no município de Santana do Mundaú, Estado de Alagoas**. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Agronomia. Maceió: Universidade Federal de Alagoas/UFAL, 2005.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 28p., 1987.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ALAGOAS. Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento/SEPLAN. Maceió/Alagoas, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro. *Por uma estratégia de civilização*. In. ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e Ficções do Desenvolvimento**. São Paulo: UNESP; Edusp, 8p., 2001.

BUARQUE, Sérgio C. **metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1999.

COELHO, Franklin. **Desenvolvimento Econômico Local no Brasil**: as experiências recentes num contexto de descentralização. Santiago, Chile: CEPAL/GTZ, 2000.

_____. **Desenvolvimento econômico local e construção social**: o território como sujeito. Em: Silveira, Caio Marcio e Costa Reis, Liliane (org.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro, 11p., 2001.

COELHO, Franklin; FONTES, Ângela. **Desenvolvimento Econômico Local e Sustentabilidade Institucional – As redes de desenvolvimento econômico local**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM/Serviços e Estudos de Realização Empresarial Social-SERE/Fundação Friedrich Ebert-FES, 1998. 14p.

COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P.; SILVA, M. P. **Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira**. URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (orgs). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Tradução: Frédéric Monié, Eliana Aguiar, Sieni Maria Campos. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COUTO, Sueli. **Material didático elaborado para a oficina de “Metodologias de Avaliação de Projetos de Desenvolvimento Local”**. Salvador: NPGA/NEPOL, 2000.

DE PAULA, Juarez. **DLIS passo a passo: como atuar na promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In. SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis/RJ: Vozes, 25p., 2000.

DOWBOR, Ladislau. **A comunidade inteligente: visitando a experiência de gestão local**. In. SPINK, Peter; BAVA, Silvio Caccia; PAULICS, Veronika (org.) **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Polis-Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. 336p.

FISCHER, Tânia. *Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução a uma agenda*. In. FISCHER, Tânia (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 20p., 2002.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

_____. **Além da Renda: A pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento**. Brasília: Millennium, 2002.

_____. **Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: IPEA, 1998.

_____. **Pobreza & desenvolvimento local**. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

FURTADO, Celso. **Reflexos sobre a crise brasileira**. ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro. *Por uma estratégia de civilização*. In. ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: UNESP; Edusp, 8p., 2001.

GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Desenvolvimento, poder local e estrutura simbólico-normativa das universidades**. In. *Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: A agenda de pesquisa do observatório da realidade organizacional*/Organizadores: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Recife: EDUFEPE, 2003.

IROEHLICH, José Marcos. **O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento**. In. *Revista Paranaense de Desenvolvimento: Economia Estado e Sociedade*. Nº 94. Curitiba: IPARDES, maio/dezembro, 1998.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri-SP: Manole, 2004.

MARTINS, Gabriela Islã Vilar; MARTINS, Cid Isidoro Demarco. **“Desenvolvimento Local: da teoria à prática”**. In: *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas* / Organizadores: Heitor Romero Marques, Domingos Ricca, Gilberto Porto de Figueiredo e José Carpio Martín. Campo Grande: UCDB, 2001;

MOURA, M. S. **A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento**. Salvador: NEPOL/NPGA/EAUFBA, 2000. 12p.

MOURA, M. S.; CASTRO, R.; MELO, V. P.; ALBERTINO, J.; MEIRA, L. **Desenvolvimento local sustentável: o que sinalizam as práticas**. Salvador: NEPOL/NPGA/EAUFBA, 2000. 16p.

NETO, Miranda. **A crise do planejamento**. Rio de Janeiro: nórdica, 1981.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** In. *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*/ organizadores: SPINK, Peter; BAUA, Silvio Caccia; PAULICS, Veronika (orgs.). São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV – EAESP, 2002.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

POCHMANN, Marcio; AMORIN, Ricardo (Orgs). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

SACHS, Ignacy. ***Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil***. Brasília: edição SEBRAE. p. 141-156, 2002.

_____. ***Desenvolvimento e direitos Humanos***. Coleção Sustentabilidade em Questão. Maceió: PRODEMA, 2000. 59p.

SILVA, Berlands Luciano da; REIS, Cornélio Luis; LIMA, Jefferson Gomes de. ***A citricultura em Santana do Mundaú(AI): pequenos produtores e o desafio da permanência do homem no campo***. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Geografia. Maceió: Universidade federal de alagoas, 2005.

SUNKEL, O. A sustentabilidade do desenvolvimento atual na América Latina. In. ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. ***Razões e Ficções do Desenvolvimento***. São Paulo: UNESP; Edusp, 45p., 2001.

TRUSEN, Crhristoph. ***Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma introdução conceitual e metodológica***. In. TRUSEN, Crhristoph; PINHEIRO, M. R. B.(orgs.). *Planejando o desenvolvimento local: Conceitos, metodologias e experiências*. Belém: PRORENDA RURAL – PARÁ, 16p., 2002.

WESTENDORFF, David. ***Gestão local: parcerias para a organização e a política urbana***. In. MILANI, C.; ARTURI, C.; SOLINÍS, G. (ORGS.). *Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI*. Porto Alegre: UFRGS/UNESCO, 2002.

OBRAS CONSULTADAS

AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – AED; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC/MINAS. Manual de Curso de Capacitação e Nivelamento de Instituições Capacitadoras de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável-DLIS. Brasília, 1999.

ALTVATER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A . et al. ***A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI***. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

BARBOSA, Katharina de Melo *et. al.* ***Conhecendo Santana do Mundaú***. Núcleo de Educação à Distância – Curso de Pedagogia (Monografia). Maceió: Universidade Federal de Alagoas/UFAL, 2002.

BASSI, M. E. **Gestão e financiamento da educação básica: repercussões do Fundef em sete municípios paulistas**. Tese de doutorado, Programa Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.
BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Rosane M. M. R. **Comunicação: um universo em retração**. Revista ECOS, Pelotas: Universidade Católica de Pelotas: EDUCAT, V.4, N.2 (Ago-Dez . 2000 p. 95 –109).

FERNANDES, Marcionila. **Implicações teóricas e práticas do desenvolvimento sustentável: um estudo com base no programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. (Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE).

LIMA, Jacob Carlos. **A teoria do capital social na análise de políticas públicas**. Revista de Ciências Sociais, Política & Trabalho, ano 17, n. 17, João Pessoa: PPGS-UFPb, setembro de 2001.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. **A solução pela comunidade: desenvolvimento e participação**. In. *Modernidade e pobreza*/Organizadores: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. São Paulo: Nobel, 1994.

MARTINELLI, Dante P.; OLIVEIRA, Márcia F. **A internacionalização de pequenas empresas através de consórcios de exportação inseridos em clusters industriais: uma relação recíproca de contribuição**. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. V. 6, nº 10, Campo Grande: UCDB, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da monatanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RELATÓRIOS E DOCUMENTOS

ALAGOAS. Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças. **Anuário Estatístico**. Maceió: SEPLAN-CGPLAN, V. 11, 2004 c, P. 446.

ALAGOAS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Alagoas: estratégias de desenvolvimento**. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2004. 160 p.

BIRD/PNUD. NOSSA PRÓPRIA AGENDA. Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente Para a América Latina e Caribe. São Paulo 1991.

COMISSÃO ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Nações Unidas. Santiago do Chile, 2001-2002.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL –BNDES. **Programa de Desenvolvimento Local**. Brasília: BNDES/PNUD, 2000.

PRÉ-DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES DE AMORAS, BARRO BRANCO E BRENHAS. Santana do Mundaú/Al: SEBRAE/MMT, 2003.

PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL. Florianópolis-SC: SEBRAE/Santa Catarina, julho de 2000.

PROGRAMA COMUNIDADE ATIVA. **Uma estratégia de Indução ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Presidência da República, Casa Civil, Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária, 1999.

REDE DLIS. Informativo Bimestral do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável em Alagoas. Ano II, nº 3, SEBRAE/AL: Maceió, abril de 2003.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL. Maceió: SEBRAE, 2002.

RELATÓRIO DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL. Maceió: MMT, 2005.

RELATÓRIO DO PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL. Maceió: MMT, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Manual de Apoio ao Capacitador do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável-DLIS**. Parte I. Brasília, 2002.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **SEBRAE 30 anos parceiro dos brasileiros/José Humberto Mancuso**. Brasília: SEBRAE Nacional, 2002.

SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). Programa Regional de Desenvolvimento Local Sustentável – Projeto Piloto. Recife: SUDENE/PNUD, setembro de 2000.

PROPOSTA DE TRABALHO. 1ª FASE. Maceió: MMT, 2002.

PROPOSTA DE TRABALHO. 2ª FASE. Maceió: MMT, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos Indicadores Sociais 2002**. Estudos & Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Nº11. Rio de Janeiro, 2003.

SITES CONSULTADOS

PNUD. Human development reports. Disponível em: <http://www.undp.org/hdr2003>>. Acesso em: 09/11/2004.

[http://www.eclac.cl/publicações/desarrollo social](http://www.eclac.cl/publicações/desarrollo_social). Acesso em: 17/07/2005 às 21h46min.

<http://www.bancomundial.org.br>

<http://www.mma.gov.br>

ANEXOS

ANEXO 1 – Orçamento e Plano de Trabalho do PVRS¹

MOVIMENTO MINHA TERRA

PLANO DE TRABALHO PARA O PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL

1ª ETAPA: APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROJETO	PERÍODO: NOV/2002
1 MATERIAL DE DIVULGAÇÃO (CARTAZ, FOLDER E BANNER)	
Criação	R\$ 6.000,00
Impressão	<u>R\$ 4.000,00</u>
SUBTOTAL	R\$ 10.000,00
REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO NOS FÓRUNS DLIS (3)	
Consultoria (12h)	R\$ 420,00
Diária (1 e ½)	R\$ 90,00
Deslocamento (850 Km)	<u>R\$ 221,00</u>
SUBTOTAL	R\$ 731,00
TOTAL	R\$ 10.731,00
2ª ETAPA: PRE- DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES	PERÍODO: NOV/ DEZ/ 2002

¹ Fonte: Instituição executora do Projeto: ONG Movimento Minha Terra – MMT.

1 QUESTIONÁRIOS		
Elaboração	(4h)	R\$ 140,00
Aplicação	(270)	R\$ 675,00
Banco de Dados	(5h)	R\$ 175,00
Tabulação	(24h)	R\$ 135,00
Análise e resumo	(12h)	<u>R\$ 420,00</u>
SUBTOTAL		R\$ 2.990,00
2. REUNIÃO DE SENSIBILIZAÇÃO (18)		
Consultoria	(72h)	R\$ 2.520,00
Diárias	(4)	R\$ 270,00
Deslocamento	(1000 Km)	R\$ 260,00
Lanche		<u>R\$ 900,00</u>
SUBTOTAL		R\$ 3.950,00
TOTAL		R\$ 6.940,00

**3ª ETAPA: SEMINÁRIO PARA VALIDAÇÃO
DO DIAGNÓSTICO**

PERÍODO: DEZ/ 2002 A JAN/ 2003

SEMINÁRIO (3)		
Consultoria	(12h)	R\$ 420,00
Diária	(1 e ½)	R\$ 90,00
Deslocamento	(850 Km)	R\$ 221,00
Lanche		R\$ 450,00
Transporte dos participantes		R\$ 450,00
TOTAL		R\$ 1.631,00

**4ª ETAPA: ORGANIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO
DOS PRODUTORES**

PERÍODO: DEZ/ 2002 A FEV/ 2003

SELEÇÃO DAS COMUNIDADES	
Deslocamento	R\$ 600,00
MOBILIZAÇÃO PARA OFICINAS	
Deslocamento	R\$ 600,00
OFICINA PARA ORGANIZAÇÃO DO GRUPO (18)	
Consultoria (4h/ oficina x R\$25,00/ h)	R\$ 1.800,00
Deslocamento (2000 Km)	R\$ 520,00
Diária (9)	R\$ 180,00
Lanche	<u>R\$ 900,00</u>
SUBTOTAL	R\$ 3.400,00
OFICINA SOBRE AGROECOLOGIA (18)	
Consultoria (4 x 25)	R\$ 1.800,00
Deslocamento (2000Km)	R\$ 520,00
Diária (9)	R\$ 180,00
Lanche	<u>R\$ 900,00</u>
SUBTOTAL	R\$ 3.400,00
OFICINAS TEMÁTICAS (90)	
Consultoria	R\$ 9.000,00
Deslocamento (4000Km)	R\$ 1.040,00
Diária (45)	R\$ 1.350,00
Lanche	<u>R\$ 4.500,00</u>
SUBTOTAL	R\$ 15.890,00
OFICINAS SOBRE MERCADO , MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO (18)	
Consultoria (4h/ oficina x R\$25,00/ h)	R\$ 1.800,00
Deslocamento (2000Km)	R\$ 520,00
Diária (9)	R\$ 180,00
Lanche	<u>R\$ 900,00</u>
SUBTOTAL	R\$ 3.400,00
OFICINA SOBRE CERTIFICAÇÃO (18)	
Consultoria (4h/ oficina x R\$25,00/ h)	R\$ 1.800,00
Deslocamento (2000Km)	R\$ 520,00
Diária (9)	R\$ 180,00
Lanche	<u>R\$ 900,00</u>
SUBTOTAL	R\$ 3.400,00
MOBILIZAÇÃO	
Pessoal	R\$ 9.000,00

Locação de moto	R\$ 2.250,00
Combustível	R\$ 900,00
SUBTOTAL	R\$ 12.150,00

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (10%)	R\$ 6.214,00
-----------------------------	--------------

TOTAL GERAL	R\$ 68.356,00
--------------------	----------------------

OBSERVAÇÕES

1. A mobilização dos participantes para todas as fases, será realizada por um técnico contratado por três meses para este fim.
2. O material de divulgação será utilizado durante a execução do projeto.
3. A taxa de administração, estimada em 10%, será utilizada no pagamento de despesas com material de expediente, comunicação, coordenação e supervisão do projeto.
4. Os grupos de produtores terão, em média, 20 participantes.

ANEXO 2 – Lista de beneficiados pelo PVRS em Santana do Mundaú/AL².

**PRODUTORES PARTICIPANTES DO PVRS EM SANTANA DO MUNDAÚ
SETEMBRO DE 2004**

Nome do Produtor	Localidade
Inaldo Francino da Silva	Com. Amoras
José Sebastião da Silva	Com. Amoras
João Xavier dos Santos	Com. Amoras
Manoel Xavier dos Santos	Com. Amoras
Maria Aparecida da Silva	Com. Amoras
José Cícero da Silva	Com. Amoras
Inácio Francino da Silva	Com. Amoras
José Maria Xavier dos Santos	Com. Amoras
Ildoberto Xavier dos Santos	Com. Amoras
Gernonimo Antão Rodrigues	Com. Amoras
Maria José Xavier dos Santos	Com. Amoras
José Valdevino da Silva	Com. Amoras
José Alberto Pereira da Silva	Com. Barro Branco
Jorge Ramalho de Lima	Com. Barro Branco
Cícero André Moura de Lima	Com. Barro Branco
Cícero de Lima Félix	Com. Barro Branco
José Joseano de Lima Félix	Com. Barro Branco
José Maria de Lima	Com. Barro Branco
José Roberto Alves de Lima	Com. Barro Branco
Edmilson Felix da Silva	Com. Barro Branco
Cícero da Silva	Com. Barro Branco
Pedro Paulo da Silva	Com. Barro Branco
Manoel Alves de Lima	Com. Barro Branco
Eloida da Silva	Sítio Brenhas
João Augusto da Silva	Sítio Brenhas
Genauro Levino da Silva	Sítio Brenhas
Maria Ferreira Correia	Sítio Brenhas
José Claudio dos Santos	Sítio Brenhas
Manoel Amaro dos Santos	Sítio Brenhas
Ademar Domingos dos Santos	Sítio Brenhas
Maria Honório Ferreira	Sítio Brenhas
Cícero Trasano da Silva	Sítio Brenhas
Ailton Aires de Alcantara	Sítio Brenhas
Francisco de Assis Delmiro Soares	Sítio Brenhas
Aldevan Pedro da Silva	Sítio Brenhas

² Na lista original, cedida pela instituição executora MMT, consta o número do CPF dos agricultores.

ANEXO 3

**PARTICIPANTES DO NÚCLEO DE INTERESSE DA MANDIOCA
PVRS – 2004 – SANTANA DO MUNDAÚ**

Nome do Produtor	Localidade
Gernonimo Antão Rodrigues	Com. Amoras
Inaldo Francino da Silva	Com. Amoras
José Valdevino da Silva	Com. Amoras
Inácio Francino da Silva	Com. Amoras
José Cícero da Silva	Com. Amoras
José Maria Xavier dos Santos	Com. Amoras
José Sebastião da Silva	Com. Amoras
José Alberto Pereira da Silva	Com. Barro Branco
Manoel Alves de Lima	Com. Barro Branco
Pedro Paulo da Silva	Com. Barro Branco
José Maria de Lima	Com. Barro Branco
José Roberto Alves de Lima	Com. Barro Branco
Edmilson Felix da Silva	Com. Barro Branco
Cícero de Lima Félix	Com. Barro Branco
José Joseano de Lima Félix	Com. Barro Branco
Ailton Aires de Alcantara	Sítio Brenhas
Genauro Levino da Silva	Sítio Brenhas
Maria Ferreira Correia	Sítio Brenhas
José Claudio dos Santos	Sítio Brenhas
Manoel Amaro dos Santos	Sítio Brenhas
Ademar Domingos dos Santos	Sítio Brenhas
Aldevan Pedro da Silva	Sítio Brenhas

ANEXO 4

**PARTICIPANTES DO NÚCLEO DE INTERESSE DA CULTURA DO QUIABO
PVRs – 2004 – SANTANA DO MUNDAÚ**

Nome do Produtor	Localidade
José Valdevino da Silva	Com. Amoras
José Joseano de Lima Félix	Com. Barro Branco
Jorge Ramalho de Lima	Com. Barro Branco
Cícero da Silva	Com. Barro Branco
Pedro Paulo da Silva	Com. Barro Branco
Manoel Alves de Lima	Com. Barro Branco
José Roberto Alves de Lima	Com. Barro Branco

ANEXO 5

**PARTICIPANTES DO NÚCLEO DE INTERESSE DA APICULTURA
PVRS – 2004 – SANTANA DO MUNDAÚ**

Nome do Produtor	Localidade
Inaldo Francino da Silva	Com. Amoras
Inácio Francino da Silva	Com. Amoras
José Valdevino da Silva	Com. Amoras
Edmilson Felix da Silva	Com. Barro Branco
Pedro Paulo da Silva	Com. Barro Branco
Manoel Amaro dos Santos	Sítio Brenhas
Aldevan Pedro da Silva	Sítio Brenhas
Eloida da Silva	Sítio Brenhas



Informações Gerais – Áreas de produção e Renda PVRS - Outubro de 2003

Área Total: 673 ha

Área Arapiraca: 160 ha

Área Maragogi: 308 ha

Área Santana do Mundaú: 205 ha

Nº total de famílias: 111

Área Arapiraca: 21 famílias

Área Maragogi: 55 famílias

Área Santana do Mundaú: 35 famílias

Nº total de pessoas envolvidas na produção: 257

Área Arapiraca: 68

Área Maragogi: 97

Área Santana do Mundaú: 92

Renda média por Município (em R\$):

Área Arapiraca: 304,28

Área Maragogi: 70,4

Área Santana do Mundaú: 216,4

Famílias sem renda definida por Município:

Área Arapiraca: 05 (23% do total)

Área Maragogi: 28 (51% do total)

Área Santana do Mundaú: 02 (5,7% do total)